

# Ciência e ruralismo na Bahia: a Escola Média Teórico Prática de Agricultura (EAB-EMTP) e a Agronomia no Brasil (1911-1917)

## Science and rural movements in Bahia: the EAB-EMTP and agronomy in Brazil (1911-1917)

**RESUMO** Este texto visa estudar a Escola Agrícola da Bahia ou Escola Médio-Teórico Prática de Agricultura (EAB-EMTP), em São Francisco do Conde, Bahia (1911-1917), considerando a produção de professores e estudantes da EAB, especialmente da revista *O Agrônomo*. Acreditamos ser possível, ao analisar também outras fontes, como relatórios, decretos, artigos, e suas relações e interações com o ambiente político e científico, estabelecer seu papel estratégico como espaço para a institucionalização da agronomia como campo científico no Brasil e na Bahia.

**Palavras-chaves** agronomia; institucionalização; campo científico; hegemonia; Bahia.

NILTON DE ALMEIDA ARAÚJO  
Universidade Federal Fluminense | UFF

*“Dedicado à memória de Rogério Fátima (Universidade Estadual de Feira de Santana), mestre de gerações, amigo leal, inspiração”.*

### Uma escola, uma revista, uma república

**ABSTRACT** *The aim of this text is to develop a study on the Escola Agrícola de São Bento das Lages ou Escola Médio-Teórico Prática de Agricultura (EAB-EMTP), in São Francisco do Conde (1911-1917), Bahia, regarding works developed by professors and students of EAB, especially those in the journal called “O Agrônomo”. Through these works, as well as through the analysis of other sources, such as reports, laws, articles and their relationship and interaction with the political and scientific environment, we believe that it is possible to establish this school’s strategic role in the process of institutionalization of agronomy as a scientific field in Bahia and in Brazil.*

**Key words** *agronomy; institutionalization; scientific field; hegemony; Bahia.*

Dia 19 de novembro de 1911, às 11 horas, às margens do rio Subaé, em um palácio erguido nos tempos do Império, a Escola Agrícola da Bahia, celebrava uma festa patriótica. O dia da Bandeira foi um momento de júbilo, com professores e estudantes proferindo discursos em saudação ao Brasil, à República, à Bahia, à Escola e ao Aprendizado Agrícola. No comando dos festejos, o diretor Henrique Devoto convidou a todos no almoço para um brinde em homenagem ao Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo. Brindes também foram feitos para Sérgio de Carvalho, também ex-aluno da escola e alto funcionário do Ministério da Agricultura, ao próprio diretor e ao governador da Bahia, J. J. Seabra. Por fim, o brinde de honra do dr. Henrique Devoto destinou-se ao marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, segundo reportagem de *O Agrônomo*, às suas páginas 21 a 24. Ao prédio da escola foi acrescentado, no centro da edificação, o emblema das armas da República, resistente até hoje nas ruínas.

Inaugurada como escola superior no Império (1877), transformada em Instituto Agrícola da Bahia, um órgão da Secretaria de Agricultura do governo estadual (1905-1910), a partir de 1911 houve a volta do ensino como foco das atividades.

O objetivo deste trabalho é apresentar como as atuações de professores, estudantes e governos se articulam no processo de institucionalização da agronomia na Bahia e no Brasil com sua federalização enquanto um campo científico, enfocando o período entre 1911 e 1917.

Destarte, inicialmente apresentaremos de forma sucinta a trajetória da EAB antes de sua federalização, inserindo sua subsequente avocação pelo Ministério da Agricultura num contexto de emergência do ruralismo como movimento político e ideológico organizado, para em seguida nos debruçarmos sobre as expectativas e realizações, o “desejado” e o “realizado”, em torno dessa instituição.

A *Escola Agrícola da Bahia* ou *Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura* (a partir daqui EAB-EMTP) foi instituída pelo decreto federal N. 8.584, de 1º de Março de 1911. No momento em que ocorreu a publicação dessa notícia nas páginas de *O Agrônomo*<sup>1</sup>, revista publicada pelos próprios estudantes da Escola, quase todos os professores da instituição haviam sido formados pela própria escola.

No corpo docente listado na revista, de sete professores, cinco foram formados pela EAB, sem contar o próprio diretor, Henrique Devoto que se diplomou em 1880, na primeira turma.<sup>2</sup>

Em 1911, um vultoso investimento foi feito pelo governo federal:

*[...] ganhou-se uma instalação de água e gás; um posto meteorológico; rico e moderno aparelhamento para os gabinetes de física, zootecnia, veterinária, anatomia comparada, botânica e fitopatologia, zoologia e taxidermia, topografia e desenho, engenharia rural, e petrografia e paleontologia; para os laboratórios de química mineral, orgânica e agrícola e tecnologia rural; e para o museu agrícola e de história natural, a galeria de máquinas, as oficinas de ferro e de madeira e a esplêndida biblioteca [...] teodolitos e tornos, balanças de precisão e polarímetros, refractômetros, e microscópios, prensas e alambiques, a profusa vidraria e as drogas sem conta, os magníficos modelos anatômicos e uma esplêndida coleção de minerais, de rochas, de fósseis, e a mais perfeita instrumentação para a física experimental, e a mais completa documentação para um serviço acabado de fotografia – tudo isso descarregaram as barcas e alvarengas no cais improvisado de São Bento das Lages.*<sup>3</sup>

Duas décadas depois, ainda recordava-se o vultoso aparelhamento da Escola. No mesmo registro, o fechamento da escola, concluído em 1917, é explicado pela falta de um diretor à altura da instituição. Após a gestão malograda: “Desanimou o Governo da União diante do insucesso de sua ação em S. Bento das Lages e mandou suspender até ulterior deliberação o curso de agronomia que aí se professava, no qual se preparara uma primeira turma de agrônomos, sendo os seus companheiros de estudos dos anos atrasados transferidos para a escola do mesmo grau de Pinheiro, no Estado do Rio de Janeiro.”<sup>4</sup>

Teria a Escola Agrícola, após investimentos de tal monta sido fechados apenas por conta do fracasso do diretor? Na medida em que o escopo deste trabalho é a institucionalização da agronomia neste locus, o questionamento amplia-se para questões sobre como os diversos agentes envolvidos neste processo – professores, estudantes, governos – se envolveram na implantação da EAB-EMTP.

## Pioneirismo no ensino superior agrícola

Primeira instituição no Brasil que diplomou engenheiros agrônomos, a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB) foi fundada em 1877 (Vila de São Francisco do Conde, Recôncavo Baiano), num contexto de emergência de novas instituições no ramo da engenharia.

A década de 1870 é um dos períodos mais intensos das ciências brasileiras, quando seu horizonte é tomado por um “bando de ideias novas”, para usar a expressão consagrada de Sílvio Romero. No último quarto do século XIX, há a criação de novos espaços institucionais e reformulação de existentes, além da especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas.

E a engenharia brasileira ganha nova configuração nesse momento, com a diplomação de diferentes tipos de engenheiro. Para formar engenheiros civis, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), engenheiros de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto (1875), em Minas Gerais, e engenheiros agrônomos na Bahia (1877), no que fora o coração da produção açucareira baiana desde o período colonial, o Recôncavo Baiano.

Em sua trajetória, antes de ser transferida pela revolução de 1930 para Salvador, a EAB experimentou diversos formatos institucionais. Apesar disso, um núcleo de profissionais permaneceu em São Francisco do Conde, sendo que a maioria progressivamente era de diplomados pela própria Escola Agrícola da Bahia.

A EAB no período imperial era mantida pelo governo provincial, central e particulares (o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – IIBA, 1859). No período como Instituto de Agricultura da Bahia (IAB), era mantida pelo governo estadual (1905-1910). Em 1911, a EAB é federalizada, ficando sob jurisdição exclusiva do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). É este último período que pretendemos estudar, num esforço de contribuição à compreensão do processo de institucionalização da agronomia na Bahia e no país.

## Agricultura e ciência na Bahia: origens no Império

O fomento ao ensino agrônomo na Bahia ocorre numa região em que a articulação ciência-agricultura remete à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA, 1832), e em seguida ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), criador da Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877), culminando na Sociedade Baiana de Agricultura (SBA, 1902). Na liderança dessas instituições sempre esteve uma mesma fração de classe dominante: a burguesia agromercantil do Recôncavo. E os professores da EAB-EMTP eram em sua maioria egressos da primeira escola.

Entendendo a institucionalização das ciências como um processo em que diversos agentes se envolvem na implantação, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas no Brasil, num esforço de conjugar instituição e contexto é preciso relacionar os fatores condicionantes, propulsores e/ou limitantes e aos atores envolvidos no processo, as tradições científicas presentes, na reconfiguração deste campo do conhecimento no país, com o desencadeamento da sua profissionalização.<sup>5</sup>

Em meados do século XIX foram criadas associações para reorganização da produção agrícola com base em conhecimentos científicos, os Imperiais Institutos de Agricultura. Os principais estados envolvidos no movimento de criação dos Imperiais Institutos de Agricultura foram Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, quando simultaneamente é criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP). Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, na Primeira República, também se inseriram na recriação de um Ministério próprio para a agricultura (já que o MACOP fora fechado no princípio do novo regime), o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC, 1909).

No que diz respeito à Bahia, os setores envolvidos com o MACOP e Imperiais Institutos de Agricultura, estiveram engajados na criação e atuação do MAIC. As famílias mais influentes do Recôncavo, como Costa Pinto, Calmon, Pires de Carvalho e Albuquerque, Muniz Barreto, Aragão Bulcão, Tosta, etc., no decorrer do império estiveram na direção da modernização da agricultura. Tal processo, dirigido pelos mesmos agentes sociais mesmo adentrando a república, inscreve-se num movimento mais amplo aonde esta fração de classe dominante se forja como classe dirigente formando parte de seus quadros pela EAB.

No Império como na República, as políticas públicas para a agricultura foram discutidas, tensionadas ou mesmo conformadas conforme as associações citadas, a partir do Recôncavo em conexão com Salvador, insistindo tanto na formação de dirigentes agrícolas para cargos públicos ou privados, quanto na instrução do trabalhador nacional.

Os grupos reunidos nesses espaços plasmaram a necessidade da direção política e cultural, não só sobre o conjunto dos demais segmentos dominantes na Bahia, mas também sobre os segmentos sociais dominados.

Nesse empenho, a atuação organizada dessas classes e suas frações na criação de instituições de representação de seus interesses funcionaram não apenas como grupos de pressão, mas como formuladores de propostas ao longo do século XIX, e que se lastrearam, material e simbolicamente, nas ciências. No decorrer do Império, até as primeiras décadas do século XX, eles suscitaram e oportunizaram, num caminho que não foi nem linear nem progressivo, a realização de escritos e atividades científicas voltadas para a agricultura, desencadeando uma nova etapa na institucionalização da agronomia no país.

O ruralismo na Primeira República tem papel nevrálgico nos rumos da agronomia no país. Segundo Sonia Mendonça, entre 1880 e 1930, um movimento reunindo segmentos das classes dominantes agrárias de estados secundarizados com a proclamação da República, organizou-se na Sociedade Nacional de Agricultura (1897), disputando a universalização de suas demandas e projetos no aparelho de Estado por meio do MAIC (1909), visando se contrapor à hegemonia que São Paulo galvanizara após a queda do Império.<sup>6</sup> Este movimento continha tanto uma dimensão de organização de entidades na sociedade civil (como a Sociedade Nacional de Agricultura), e de inscrição de interesses no aparelho de Estado (em especial no Ministério da Agricultura), bem como a elaboração de um conjunto de representações e propostas de intervenções lastreadas na formação científica de um novo tipo de agente: o engenheiro agrônomo. Na medida em que “os agentes da fala ruralista veiculariam a fé na ciência como valor máximo capaz de promover a *reabilitação agrícola do país*”,<sup>7</sup> os postos centrais do MAIC foram preenchidos preferencialmente pelos diplomados em agronomia.

Desta maneira, partir de uma perspectiva gramsciana de construção histórica do Estado, i.e., enquanto movimento de incorporação dos aparelhos privados de hegemonia, e captar a sociedade civil na dupla perspectiva de sua relação com as condições materiais de existência num sistema privado de produção e também ao aspecto educador do Estado na criação de um novo tipo ou nível de civilização,<sup>8</sup> tem-se nessas associações, a um só tempo de classe e científicas, um campo complexo, mas prolífico, a explorar.

Exemplificando essa continuidade entre articular ciência e agricultura na Bahia, há a família Calmon du Pin e Almeida. Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), Marquês de Abrantes, é fundador da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, em 1832. Mais adiante, presidiu o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860), ao mesmo tempo em que Antonio Calmon du Pin e Almeida foi um dos diretores do IIBA.<sup>9</sup> O Marquês de Abrantes seria ainda o responsável pela organização das Exposições Brasileiras nas Exposições Internacionais, além de presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).<sup>10</sup>

Outro Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935)<sup>11</sup>, seu sobrinho, tornou-se titular do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) entre 1922 e 1926 e, principalmente, foi fundador da Sociedade Baiana de Agricultura. Logo, temos não só nas instituições de saber, mas também de poder, a continuidade de um mesmo grupo econômico, político e de famílias à frente do processo.

A SBA definia em sua revista, *Correio Agrícola*, que tinha por prioridade declarada o estudo de “assuntos tanto científicos e técnicos, como responder de bom grado às consultas sobre Agricultura e Pecuária”. “Confederada” à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com sede em Salvador, tratava-se de uma agremiação de “lavradores, industriais rurais, criadores e pessoas notoriamente dedicadas à causa da agricultura e cujo fim é promover e animar o progresso agrícola no Estado da Bahia, ocupando-se de tudo que se refere à cultura do solo, à criação, às indústrias rurais, às águas e florestas e à agricultura em geral”.<sup>12</sup>

Tratando das ciências agrárias na Bahia entre os séculos XIX e XX, Amílcar Baiardi destaca o envolvimento de profissionais estrangeiros na consolidação da instituição e a articulação entre governo imperial, provincial e o segmento

agromercantil na promoção da atividade científica voltada para a agricultura até 1930, com ênfase entre 1904-1910, onde considera a relevância econômica e especialmente científica da instituição, ao se constituir, neste espaço, a gestação da “comunidade de ciências agrárias” na Bahia.<sup>13</sup>

Conquanto o trabalho dos profissionais estrangeiros na EAB seja nevrágico para sua trajetória, sua presença, seja sob o fomento do governo imperial, seja posteriormente sob o MAIC, floresce num lugar onde a articulação entre ciência e agricultura já era uma demanda presente e articulada a partir de um grupo social definido. No mínimo, desde 1832, com a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA), passando pelo IIBA e que prossegue com a Sociedade Baiana de Agricultura (1902). Há também uma continuidade entre os seus profissionais, ou seja, professores e diplomados? Quais as atividades desenvolvidas nesse período? Contribuíram de alguma forma para a institucionalização da agronomia na Bahia e no Brasil?

Vejamos alguns exemplos. Alguns egressos da EAB estão envolvidos na criação e consolidação de instituições, como Arlindo Fragoso<sup>14</sup> (Escola Politécnica da Bahia), Gustavo Dutra<sup>15</sup> e Domingos Sérgio de Carvalho.

Formado engenheiro agrônomo pela EAB (1887), Carvalho formulou o documento-base do projeto de regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo<sup>16</sup>. Diretor técnico do MAIC, também foi convidado para secretário de Agricultura da Bahia por J. J. Seabra (1920), sendo substituído pelo engenheiro agrônomo baiano José Barbosa de Souza. Lente do Museu Nacional na cadeira de Antropologia foi o responsável pelo projeto de transferência do mesmo do âmbito do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio<sup>17</sup> e participou da Diretoria da SNA<sup>18</sup>. Por fim, quando da transferência do poder estadual à União, em 1910, os representantes do governador da Bahia, Araújo Pinho, foram o deputado federal José Maria Tourinho, na Câmara dos Deputados, e Sérgio de Carvalho, junto ao MAIC.<sup>19</sup>

Victor André de Argollo Ferrão<sup>20</sup>, professor da Escola em sua fase como Instituto Agrícola da Bahia – I.A.B. (1905-1910)<sup>21</sup>, foi um dos principais autores de textos do *Boletim da Secretaria de Agricultura* do Estado da Bahia, e também sócio destacado da SBA. Na primeira década do século XX, deu-se a criação da Sociedade Baiana de Agricultura (1902), a edição do *Boletim da Secretaria de Agricultura* (1903), a transferência da Escola para o governo do Estado (1904) e sua transformação em Instituto Agrícola da Bahia, marcando o fim do IIBA. Pois Ferrão foi também um dos principais autores de textos de *O Agrônomo*.

Que propostas para a agricultura emergem neste periódico? Como se dá a interseção entre EAB-EMTP, contexto científico e ruralismo? Quais as suas propostas dos estudantes para a agricultura baiana e brasileira? Havia condições para os trabalhos teóricos e práticos? Quais as relações com o MAIC?

Tendo como pano de fundo a descentralização política, as urgências práticas e os empréstimos culturais, a ciência brasileira adentraria no século XX com o declínio de antigas instituições científicas e a “criação de centros de pesquisa e institutos dedicados a Agricultura, Biologia aplicada, Medicina tropical, Geologia e Engenharia”<sup>22</sup>.

*O Agrônomo* constitui fonte fundamental para responder a tais questões e acompanhar os primeiros passos da agronomia como campo científico na Bahia no início do século XX, especialmente no que tange ao cotidiano de suas atividades. Par e passo, inscreveremos essa instituição nos planos estratégicos do Ministério da Agricultura para a agronomia e o ensino agrícola, em particular utilizando, além de anuários da EAB, relatórios do MAIC e do Decreto N. 8.584, de criação da EAB-EMTP.

## A EAB-EMTP e o ensino agrônômico no BRASIL

A transferência do Instituto Agrícola da Bahia (IAB) para o governo federal, e sua transformação em Escola Agrícola da Bahia ou Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura integrou um dos momentos de consolidação do movimento ruralista junto ao Estado brasileiro.

Em torno do início da década de 1910, o movimento vivia um momento bem-sucedido. Em 1909, o Ministério da Agricultura reivindicado pela SNA torna-se realidade. Uma de suas principais bandeiras, a implantação nacional do ensino agrônômico tomou forma no decreto n. 8.319, em outubro de 1910. É no bojo desse decreto que, na Bahia, o IAB foi transformado em Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, e, em 1913, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) inicia suas atividades no Rio de Janeiro.

Um dos compromissos do governo federal estabelecidos pelo decreto era o auxílio na instalação de duas escolas médias ou teórico-práticas, além da existente junto ao Posto Zootécnico Federal em Pinheiro-RJ. Desenvolveu-se uma estratégia de institucionalização entre a ação regional e nacional, na medida em que a escola superior, ESAMV, ficaria formando engenheiros agrônomos no Rio de Janeiro, enquanto a EAB-EMTP seria uma instituição “que deve servir toda a região do norte, nos termos do Regulamento do Ensino Agrônômico”<sup>22</sup>.

A escola média ou teórico-prática anexa à Escola de Engenharia de Porto Alegre, por sua vez, era destinada “a servir à região meridional do país e vai iniciar seu curso letivo, conforme o programa aprovado por este Ministério”. Temos, assim, as principais instituições de ensino agrônômico do país tendo por base um estado do Norte e outro do Sul para o estabelecimento do ensino agrônômico de nível médio, não coincidentemente Bahia e Rio Grande do Sul, e o polo principal na capital do país, formando engenheiros agrônomos.

O estabelecimento dessa política para o ensino agrônômico marca novamente a implementação de diretrizes da SNA junto ao Estado. No jornal da SNA, *A Lavourea*, um texto intitulado “Idéias de José Bonifácio sobre a ‘Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil’” é publicado nesse período de sucesso. Bonifácio teria dirigido ao Príncipe Regente um memorial, “cuja doutrina e considerações agro-científicas são neste momento de plena atualidade”. Segundo o artigo, o naturalista brasileiro teria insistido em seu memorial sobre a necessidade de se criar uma Academia Superior de Agricultura na Capital do Brasil e duas outras filiais desta, sendo uma ao norte e outra ao sul do país. Assim, a proposta do naturalista e estadista a Pedro I consistia na “criação de uma academia de agricultura, cujo estabelecimento deveria, para maior utilidade, ser feito na corte e nas cabeças das grandes e principais capitanias ou províncias do Brasil”<sup>23</sup>.

É significativo que nesta década em que os planos da SNA começam a ser implementados com a criação do MAIC, tenhamos a criação do *Regulamento Geral do Ensino Agrônômico*, estabelecendo como obrigação do governo federal a instalação de duas escolas médias ou teórico-práticas. É igualmente relevante que no preciso momento em que os planos da SNA começaram a ser implementados pelo MAIC, o discurso ruralista buscasse legitimar suas proposições para o ensino e formação de mão de obra investindo na ciência, de um lado, e condenando os africanos, por outro, remetendo a uma proposta do início da construção do Estado nacional.

Ainda segundo esse texto, Bonifácio insistia na criação de um instituto de ensino agrícola, “mostrando o papel das ciências naturais, o modo de divulgá-las, fazendo delas a base dos preceitos agrônômicos. Insiste sobre o aproveitamento dos trabalhadores nacionais e do índio especialmente, condenando categoricamente a importação de africanos, como elemento perigoso que se incorpora na nossa raça”<sup>24</sup>.

Os futuros agrônomos da escola média propõem um conjunto de medidas acerca da rotina do trabalhador rural fora dos marcos do regime escravista, obviamente. Contudo a disciplina da mão-de-obra continuava sendo um aspecto central da sua pauta, e a “raça” seguia como categoria fundamental para explicar e legitimar os papéis que determinadas etnias devem ocupar no processo produtivo e no futuro da nação. Raça é uma categoria-chave para os futuros agrônomos, como fora para os engenheiros agrônomos da primeira escola, de modo que possam apropriar-se do mundo social, explicar esta ordem social e propor medidas de intervenção, ou seja, constituía um elemento do seu habitus, um conjunto de esquemas de percepção, apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas, constituindo um princípio gerador e unificador de um repertório de valores, práticas e métodos socialmente apreendidos e reproduzidos pelo grupo em pauta, os agrônomos.<sup>26</sup>

A análise sobre as relações entre ciência e raça ao fim do Império e início da República tem se centrado nas faculdades de direito e medicina, nos museus etnográficos e nos institutos históricos nacionais.<sup>27</sup> Mas o estudo da

interlocução das teorias raciais/racistas com o campo da agronomia configura até aqui campo pouco explorado, apesar de as teorias raciais serem vitais principalmente no contexto de reconfiguração da mão de obra no Brasil.

Não foi possível deixar de identificar nas propostas de intervenção e esquemas de percepção dos alunos da Escola Agrícola da Bahia a centralidade da questão racial, como a análise dos textos da revista de seus estudantes permite entrever. Por ora, vejamos quais os planos delineados para este estabelecimento pelo MAIC, e em que medida esses planos foram efetivados, antes da investigação da produção destes futuros profissionais.

## Foco numa ciência regional

A EAB-EMTP foi criada com a finalidade de desenvolver um corpo de agricultores instruídos em todos os ramos da sua profissão. A formação dos seus alunos era baseada “nas ciências fundamentais da agricultura”, definida como educação profissional aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e às indústrias rurais, “mediante a difusão de conhecimentos científicos e práticas racionais necessárias à exploração econômica da propriedade agrícola”.<sup>28</sup>

Uma característica fundamental traçada nos seus estatutos é definido no seu artigo 3º, que estabelece que a EAB-EMTP era uma escola de caráter regional, devendo seus programas dar preferência “às culturas e aos ramos da indústria rural mais vulgarizados no Estado da Bahia e no norte do país”. Ao lado do ensino, à escola também cabia interessar-se nos assuntos agrícolas da região desenvolvendo investigações científicas, trabalhos práticos nos laboratórios e na fazenda experimental e também mediante os “melhores métodos” de propaganda agrícola.

O currículo da EAB-EMTP deveria refletir o papel que lhe cabia no ensino agrônômico do norte do país. Na organização dos programas de suas matérias, os professores tinham que relacioná-las aos ramos de agricultura e indústrias agrícolas da região (Art.8), com as cadeiras de agricultura dando preferência às culturas próprias do norte do Brasil (Art.9). Particular ênfase nesse sentido foi dada à cadeira de tecnologia industrial agrícola, onde “deverão ser especializadas a indústria açucareira, as fermentações industriais, o fabrico do álcool e os assuntos correlativos” (Art.10).

O programa adotado pela EAB-EMTP aprofunda a tendência à especialização e direcionamento das disciplinas para a agricultura. Física, química, botânica, zoologia, mineralogia e geologia, desde o primeiro momento, têm orientação inscrita na atividade agrícola.

O curso teórico-prático tinha duração de três anos, divididos em semestres como na IEAB e no IAB, mas agora prevendo um ano de estágio.<sup>29</sup> Com o curso organizado em semestres, a distribuição das matérias era a seguinte:

### 1º ano

#### 1º semestre

Álgebra e geometria plana

Física agrícola

Botânica agrícola

Aula – Desenho a mão livre e geométrico

#### 2º semestre

Geometria no espaço e trigonometria

Química geral inorgânica

Zoologia agrícola

Aula – Desenho de aquarela, de paisagem e de flores.

## 2º ano

1º semestre

Mineralogia e geologia agrícola

Noções de química orgânica

Mecânica elementar. Máquinas agrícolas

Moléstias das plantas úteis

Aula – Topografia. Desenho topográfico e de máquinas

2º semestre

Química agrícola e bromatológica

Agricultura geral. Silvicultura

Materiais de construção. Construções rurais

Estradas de rodagem e caminhos vicinais

Aula – Topografia. Desenho e projetos de construções rurais

## 3º ano

1º semestre

Hidráulica agrícola

Tecnologia industrial agrícola. Fermentos e fermentações industriais

Agricultura especial

Exterior dos animais domésticos. Zootecnia geral

Elementos de anatomia e fisiologia dos animais

Aula – Desenho e projetos de hidráulica agrícola

2º semestre

Horticultura, arboricultura, fruticultura e viticultura. Apicultura e sericicultura (aula)

Zootecnia especial

Economia rural. Legislação agrária e florestal. Contabilidade agrícola

Higiene animal. Medicina veterinária.<sup>30</sup>

O aprofundamento do processo de especialização também fica indicado no novo perfil dos profissionais que devem ser contratados. Se anteriormente a preferência era por profissionais estrangeiros, a nova diretriz era pela contratação de profissionais nacionais, sendo estrangeiros contratados em último caso. O cargo de diretor indica a mudança mais representativa, considerando-se que, se no período original sua função era apenas administrativa e de “polícia”, na fase do IAB era exigida a formação em “alguma” instituição científica. O decreto 8.584/1910 estabelecia que a direção da escola devia ser assumida por um engenheiro agrônomo ou agrônomo (Art.31), indicando uma política do MAIC de reservar aos profissionais da agronomia a contratação para os cargos de direção junto ao ministério.<sup>31</sup>

Tanto o diretor como o vice-diretor seriam nomeados pelo Governo dentre os lentes, que, além de convocar e presidir às sessões ordinárias e extraordinárias da congregação, deveriam observar e fazer cumprir o regulamento e o regimento interno da escola, fiscalizar a execução do programa dos cursos e demais serviços da escola, “velando pela boa ordem e disciplina”, respondendo diretamente ao Ministro da Agricultura. Somente respondendo por seus atos ao ministro, que anualmente deveria receber um relatório anual dando conta dos trabalhos da escola, ao diretor cabia



executar e fazer executar as deliberações da congregação, com poder para suspendê-las, desde que informando ao ministro o ocorrido.

Ao lado dessas responsabilidades, destacam-se a promoção de colaboração dos lentes para o Boletim do ministério e de conferências sobre assuntos práticos e excursões científicas, propondo ao ministro os membros do corpo docente, i.e., lentes, professores ou preparadores-repetidores que as realizariam.

Indicando o reforço do caráter aplicado do ensino, os lentes tinham que dirigir e orientar todos os trabalhos práticos relativos ao seu curso, em sala de aula e nas excursões científicas, estágios de férias e estágio final. Também estavam no rol de atribuições do professor atender a consultas feitas por lavradores, criadores ou profissionais de indústria rural, por meio do diretor, fosse em relação às matérias de sua cadeira ou aula, como também ao Governo, incluindo o engajamento em comissões científicas. Era prevista a premiação pelo Governo de docentes que desejassem publicar as lições de seu curso ou trabalho original sobre sua cadeira ou aula.<sup>32</sup>

A Congregação, reunindo os lentes e professores da EAB-EMTP, preservou como atribuições a discussão dos programas do curso, do horário das aulas e dos exercícios ou aulas práticas e exames, a organização dos pontos para concursos e exames, podendo propor ao Governo medidas e sugestões não previstas no regulamento geral do ensino agrônômico, ou para melhorar a organização da escola e os métodos de ensino. A autonomia da Congregação da Escola nesta fase é mais restrita que antes, como na determinação de que essa ou qualquer dos seus membros não podia se corresponder com o Governo senão por intermédio do diretor.

O processo seletivo idealizado pelo Ministério da Agricultura, para provimento dos cargos de lentes e professores (e também para os cargos de preparadores-repetidores e de chefe de prática agrícola e hortícola), previa a realização de uma prova escrita, uma oral e uma ou mais provas práticas, conforme a natureza da matéria.<sup>33</sup> Esse momento, contudo, indica uma preocupação específica não só com os conhecimentos teóricos dos candidatos, mas também com o tirocínio prático ou experimental e as qualidades pedagógicas dos candidatos. A prova oral, por exemplo, tinha o caráter de uma lição, acompanhada das demonstrações que o assunto exigisse.

230

A prioridade à contratação de especialistas e técnicos nacionais se estendia não apenas para a contratação dos lentes das cadeiras e do diretor, mas igualmente aos preparadores-repetidores e ao chefe de prática agrícola, sendo os profissionais estrangeiros contratados somente no caso de não ocorrer preenchimento da vaga.

Os preparadores-repetidores tinham um papel fundamental para o movimento científico da instituição. Eram substitutos dos lentes das cadeiras, e a eles subordinados, auxiliando-os nos trabalhos práticos das cadeiras e excursões científicas, preparando o material necessário às demonstrações práticas e investigações da cadeira a que servissem. Cabia-lhes igualmente acompanhar os alunos nas aulas práticas, instruí-los no manejo dos instrumentos, além de fazer catalogar pelo conservador os objetos do gabinete ou laboratório. Os auxiliares do ensino prático ainda incluíam o mestre de ginástica e exercícios militares e os mestres de oficinas.<sup>34</sup>

Para a execução desse programa e das atividades do corpo docente e dos auxiliares da EAB-EMTP, o Ministério da Agricultura previu uma significativa infraestrutura composta por uma ampla gama de laboratórios e instalações:<sup>35</sup>

1. Gabinete de física – Posto meteorológico.
2. Laboratório de botânica e patologia vegetal – Herbário.
3. Laboratório de zoologia – Oficina de taxidermia.
4. Gabinete de topografia e desenho.
5. Laboratório de química geral inorgânica, mineralogia e geologia.
6. Laboratório de química orgânica, química agrícola e bromatológica e tecnologia industrial agrícola.
7. Gabinete de engenharia rural.

8. Galeria de máquinas.
9. Gabinete de zootecnia.
10. Farmácia e veterinária.
11. Hospitais veterinários e anexos.
12. Fazenda experimental.
13. Museu agrícola e de história natural.
14. Gabinete de fotografia.
15. Biblioteca.
16. Oficinas para o trabalho de ferro e madeira.

O caráter regional aliado ao viés aplicado da EAB-EMTP estava expresso nas atividades que deveriam ser realizadas nos espaços indicados acima. Laboratórios, gabinetes e demais instalações da escola deveriam ser organizados para corresponder às exigências do ensino experimental, ao tempo em que fossem “dotados dos melhores instrumentos, aparelhos e mais elementos do estudo e de investigação científica” (Art.17).

Especial atenção foi dada ao laboratório da citada cadeira de tecnologia industrial agrícola, cujas instalações tinham que permitir aos alunos instrução prática na indústria açucareira, com ênfase na destilação alcoólica e nas fermentações industriais. O museu agrícola e de história natural contaria com “coleções de plantas úteis, terras de cultura, subsolos, rochas, adubos, corretivos, produtos agrícolas e florestais, espécimes de história natural, *com particularidade do Brasil*, tudo devidamente classificado e com as informações correspondentes” (Art. 19 – grifo nosso).

Dentro dessa diretriz de regionalização, a fazenda experimental da EAB-EMTP tinha por finalidade o ensino prático de agricultura em seus diferentes ramos, principalmente das culturas comuns à região. O plano para a fazenda experimental era estabelecê-la “como uma exploração agrícola de caráter particular, com todas as dependências e instalações próprias a uma fazenda-modelo, instalada em condições de obter o maior rendimento possível da cultura do solo, da pecuária e das indústrias rurais regionais por um serviço completo de contabilidade agrícola” (Art.22).

231

A análise do decreto de criação da EAB-EMTP constitui uma referência importante para compreendermos qual o “ideal de instituição no período”<sup>36</sup>. Mesmo que sancionados por órgãos administrativos governamentais como o Ministério da Agricultura, os estatutos foram basicamente feitos por homens de ciência a eles vinculados. Os regulamentos particularmente sintetizam os parâmetros almejados pelos dirigentes e profissionais a eles ligados para o ensino agrônômico e o papel que a atividade experimental tinha naquele locus.

Em que medida e ritmo esses planos foram implementados? Para complementar as possibilidades abertas por fontes oficiais, usamos outro tipo de documentação governamental, emanada do poder executivo: os relatórios anuais do Ministério da Agricultura apresentados ao Congresso.

Os Relatórios do MAIC (Rel. MAIC, doravante) de 1912 e 1913 dão conta de uma instituição num crescendo de atividades.<sup>37</sup> Há um vasto investimento em biblioteca, gabinetes, e laboratórios. Em 1911, já funcionava a oficina de taxidermia, “fator primordial no enriquecimento das coleções zoológicas, cujos espécimes são ali preparados e confia o diretor da Escola que, em breve tempo, poderá entrar em relações de permuta com os estabelecimentos científicos do país, quanto a artigos de história natural”<sup>38</sup>. Em 1912, “se acham os laboratórios de física e química, montados com os aparelhos mais modernos e aperfeiçoados; a biblioteca, cujo número de volumes atinge a 4.720, e a *bassecour*, onde se encontram aves selecionadas, em número bem razoável para a reprodução”<sup>39</sup>.

O investimento em laboratórios atinge o auge em 1913. Nesse ano:

*Ficou de todo pronto e em condições de perfeito funcionamento o laboratório da 2ª cadeira (química geral inorgânica), com sala de aulas, anfiteatro para 24 alunos, sala de balanças, etc., o que permitiu realizar-se*

*o curso regular de aulas práticas, podendo os alunos do 1.º e do 2.º ano prestar exames práticos de química e mineralogia. Começando a funcionar as aulas da 4.ª cadeira (química orgânica, química agrícola e bromatológica, etc.) organizou-se provisoriamente o respectivo laboratório, no qual foi possível ao lente dar início às aulas práticas, com resultados satisfatórios. Tanto quanto permitem as instalações de física, química, mineralogia, botânica e fitopatologia, realizam-se os trabalhos práticos dessas especialidades com bastante aproveitamento, o que acontece também com relação aos de topografia<sup>40</sup>.*

Quanto à prática na lavoura, as dificuldades para implementá-la foram notadamente mais persistentes. As excursões, principalmente realizadas pelo lente da 2.ª cadeira (botânica, zoologia e moléstias das plantas) e pelos dois conservadores da mesma cadeira, organizaram o herbário da Escola e o aumento dos espécimes zoológicos do seu Museu.

No ano de 1911 ainda não havia definição quanto aos terrenos destinados à fazenda experimental, por conta da alegada inadequação e insuficiência da superfície e impropriedade das terras próximas à escola. Visava-se dotar a EAB-EMTP de instalações peculiares ao beneficiamento de produtos agrícolas, às indústrias rurais e à pecuária, além de terrenos para trabalhos dentro dos “modernos processos culturais”. Em 1912, apesar de não haver ainda se instalado a fazenda experimental anexa, várias experiências de culturas, adequada à região, eram desenvolvidas pelo chefe de prática agrícola e hortícola, “com excelentes resultados e aproveitamento”.

A imprescindível Fazenda Experimental só foi definida no terceiro ano de retomada da escola, indicando que mais da metade do curso desta primeira turma de agrônomos ocorreu de forma precária no que diz respeito às atividades práticas no cultivo. Só em 1913 que se definiu o antigo campo de experimentação do Sindicato Açucareiro para esta função. Quanto à Zootecnia, faltando pouco para a formação da primeira turma da escola média, não se encontrava ainda estabelecido.<sup>41</sup>

Apesar dessas deficiências, contudo, podemos concluir que a EAB-EMTP caminhava para o estabelecimento de uma infraestrutura de porte para o desenvolvimento de suas atividades, como pudemos identificar nas matérias de *O Agrônomo*.

## *O Agrônomo – Orgam dos estudantes da Escola Agrícola de São Bento das Lages*

A revista *O Agrônomo* nas suas seis primeiras edições (outubro de 1912 a março de 1913) consiste em um documento com cerca de vinte fotografuras das instalações da escola, desde fotos das plantações (cacau, banana, cana etc.), até instrumentos agrícolas, laboratórios, biblioteca, residência do diretor, museu de mineralogia e zoologia, prédio da escola, etc. Mas o principal aspecto desse periódico é a documentação dos debates e propostas de alunos e professores em torno de assuntos como zootecnia, fitotecnia e, especialmente, sobre o ensino agrônômico, empreendendo uma análise crítica da qualidade e das condições de trabalho em São Bento das Lages, em caráter de proposta ao MAIC e à EAB.

Descartando a publicação de artigos de crítica pessoal, sobre assuntos políticos ou religiosos, a organização de suas seções era a seguinte, de acordo com seus estatutos:<sup>42</sup>

- a) uma seção agrícola industrial e comercial de colaboração dos membros honorários do *Centro* (agrônomos e engenheiros agrônomos);
- b) uma seção idêntica à precedente de colaboração dos membros efetivos do *Centro* (estudantes);
- c) uma seção oficial do *Centro*, em que serão publicadas as atas de suas sessões e mais assuntos concernentes à sua direção;
- d) uma seção bibliográfica [sic] (publicações recebidas);

e) uma seção noticiosa (assuntos que se não afastam da índole da revista);

f) uma seção literária.

A seção em que encontramos mais elementos acerca das atividades cotidianas da EAB-EMTP foi *Noticiário* (correspondente à alínea e). No seu *Expediente*, reproduzido em todas as edições, define que “*O Agrônomo* publica-se mensalmente, aceitando artigos de colaboração sobre assuntos que não se agastem dos interesses agrícolas, comerciais e industriais, a juízo da redação”.

A subseção *Biblioteca* registra também a contínua atualização de seu acervo, pois as publicações que foram originalmente doadas para *O Agrônomo* foram todas oferecidas à Biblioteca da Escola, por decisão da redação da revista.

Esta seção revela um acervo rico, atualizado, e indiretamente um panorama acerca da produção científica, técnica e de associações de classe em torno da agricultura no Brasil. Indicando um intercâmbio ativo, na seção *Noticiário*, a partir do segundo número, sob o título “Nosso aparecimento” reproduziu matérias que registram o surgimento da revista.<sup>43</sup>

Os textos em recepção à revista destacam a produção da mesma e seu caráter de mecanismo de difusão da ciência e da técnica como na transcrição abaixo:

*O AGRONOMO – É este o título de uma revista agrícola que publicam na Bahia os estudantes da Escola Agrícola e de que acabamos de receber o primeiro número, que vem ilustrado com os retratos do Sr. Dr. Pedro de Toledo, honrado ministro da Agricultura, e dos distintos engenheiros agrônomos Dr. Henrique Devoto, diretor da Escola, e Dr. Sérgio de Carvalho, competentíssimo diretor técnico do Ministério.*  
(Figuras 1, 3 e 2, respectivamente, ao fim do texto)

*A capa representa em belo cliché, o vasto edifício da Escola, em S. Bento das Lages.*

*Este número, que corresponde ao mês de Outubro último, tem o seguinte sumário: Nova era – Indústria pecuária – Agronomia – Lição de Coisas – A geografia é ciência? – Cultura da Mandioca – Notícias.*

*Estes artigos são da lavra dos alunos da Escola, pertencendo a Lição de Coisas ao diretor do ‘Aprendizado Agrícola da Bahia’ engenheiro agrônomo João Silvério Guimarães.*

*O Agrônomo é órgão do “Centro dos Estudantes da Escola Agrícola da Bahia” e dispõe de elementos para desempenhar galhardamente a missão que se propôs, de divulgar as noções e os conhecimentos científicos que podem imprimir à agricultura uma direção técnica e econômica mais feliz, combatendo as usanças carunchosas que constituem e (sic?) bagagem da rotina cega e funesta de todos os tempos.*

*Vida próspera e longa ao “Agrônomo”.*

A revista apresenta ainda outro tipo de atividade no estabelecimento. Desde janeiro de 1912 estava instalado um posto meteorológico de 2.º ordem, “destinado a esta Escola [...]. Logo que nos seja possível, começaremos a publicar as observações”. Nos dois meses seguintes, ao fim das edições eram publicadas tabelas de observações meteorológicas diárias do posto.<sup>44</sup>

No seu último número, a seção de *Notícias* registrou sob o título de “Culturas Novas”, que em conformidade com “o número passado, inserimos no presente número duas fotografuras de culturas novas. Vamos assim, em desempenho do nosso programa, procurando fomentar o desenvolvimento da agricultura nacional” (Fig. 8).

No caso de *O Agrônomo*, vinte “fotografuras” documentam atividades, personagens, espaços, equipamentos, e constituem uma memória da escola que nos lega uma instituição em plena atividade, com base laboratorial, bibliográfica e experimental de monta, corroborando os relatos de investimento de vulto na EAB-EMTP.

São fotos de culturas (canavial, cacauzeiros, alfafa, sorgo, arroz) de ambientes da escola (gabinete de química, biblioteca, depósito de máquinas, museu de zoologia e mineralogia) e edifícios da Escola (como o prédio principal e as casas do diretor e do professor Durval Olivieri) (Figs. 4 e 5). Além é claro de personagens como o diretor Henrique

Devoto, Sérgio de Carvalho, o Barão do Rio Branco e o ministro da Agricultura Pedro de Toledo. No decorrer das seis edições encontradas e analisadas, é possível, no entanto, perceber uma narrativa subjacente, num conjunto de imagens que não apenas constituem evidência histórica, mas parte da história.<sup>45</sup>

Na seleção e composição das imagens forma-se uma narrativa que, ao fim e ao cabo, não apresenta seus personagens numa ordem qualquer.<sup>46</sup> Uma hierarquia está na ordem como na dimensão das fotos em relação às páginas. Em primeiro lugar temos Pedro de Toledo (Fig.1), Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio retratado em meia página. Em segundo lugar, na página 07, o personagem responsável pelo projeto de transferência do Museu Nacional para o âmbito do supracitado ministério, a fim de servir à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (subordinada ao MAIC como a EAB-EMTP), o ex-aluno da EAB e então lente do Museu Nacional e funcionário do MAIC, Sérgio de Carvalho (Fig.2). A atuação deste como representante do governo da Bahia junto ao executivo federal pela transferência do IAB para a gestão da União e sua transformação em escola média não foi esquecida. Por fim, a escala dos retratos gradativamente se reduz, como o terceiro retratado, Henrique Devoto, diretor da Escola, burocraticamente subordinado aos anteriores (Fig.3).

Cada uma das fotografias tem um significado próprio, mas examinadas enquanto uma totalidade, indicam um esforço deliberado em marcar cisão com o período anterior, i.e., o IAB. Até o terceiro número, quando aparecem as culturas da gestão anterior, as fotos retratam culturas abandonadas, ou que denotam crescimento espontâneo, seja na capa da segunda edição com “Um canavial da Escola Agrícola da Bahia em 1910”, ou na capa do número 3, onde se lê na legenda “Cacauzeiros ensombrados por bananeiras (fotografias do ano passado)”.

A partir do quarto número, as culturas são retratadas passando uma composição harmoniosa e um cultivo racional, preciso. As instalações da EAB-EMTP, i.e., depósito de máquinas (Fig.8), biblioteca (Fig.6), museu de zoologia e mineralogia (Fig.5) são apresentados, e legendas onde está escrito: “A nossa Escola atualmente” (Fig.5, Fig.6, Fig.8). Sob esse título são apresentadas, à mesma maneira que o prédio da Escola, as residências do professor Olivieri e do diretor Devoto.<sup>47</sup>

As plantações são retratadas numa dinâmica semelhante, mas legendas das plantações registradas no último número, o sexto, não traz apenas os nomes “populares” dos vegetais. Não se trata de fotos apenas de sorgo, arroz, amendoim e de mandioca, mas respectivamente de *Lobus sorgum*, *oriza sativa*, *arachis hypogea* e *manihot utilissima*, cientificamente identificadas, nomeadas e divulgadas. Na capa do número 5 em sua página 87, não são os terrenos que são descritos nas legendas, mas os trabalhos realizados pelos futuros agrônomos, sua intervenção científica. A primeira foto é descrita como “Vale do Tiririco. Vista geral do Vale do Tiririco, enxuto com profunda drenagem, dele sendo extraídos 75 carros de lenha e 1.060 grandes tocos, que, reduzidos a cinza, produziram a suficiente para adubos do mesmo terreno”, e a segunda “Cultura de Alfafa. Plantada a 25 de outubro e colhida a 1.º de Janeiro do ano corrente. Foi cultivada em terreno calcáreo-argiloso e adubada com esterco de vaca, cinza, cal e escoria Thomas” (Fig.9).

Esta documentação iconográfica, utilizada com outro tipo de evidência, como as legendas, oportunizam, além de uma evidência histórica da evolução da EAB-EMTP, revela que houve, conscientemente ou não, uma estratégia narrativa que consideradas independentemente ou dialogando com as legendas materializava progresso e civilização em culturas, equipamentos, prédios e personagens.

E nos artigos somos apresentados às concepções e propostas destes agrônomos e agronomandos sobre agricultura, ciência, educação e ensino agrícola. Os artigos, especialmente dos estudantes, adquirem aqui papel vital na medida em que, tratando-se de uma Escola Média, não exigia defesa de tese ou monografia (como ocorria no período da gestão do IIBA, ou na volta da formação de nível superior a partir de 1920). Assim, neste interregno, a partir dos artigos deste periódico, podemos identificar elementos de um estilo ou “espírito científico” desta escola, ou para utilizar diretamente a terminologia de Bourdieu, um “habitus”.

Conquanto o sistema de ensino assegure à ciência oficial seu estabelecimento e consagração, construindo sistematicamente habitus científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito, esta revista traz a produção de discentes, mas também de docentes.

Oportunidade para identificar os valores que se deseja inculcar nos futuros operários agrícolas encontra-se em *Lição de Coisas (Para os Alunos do Aprendizado)*, escritos por João Silvério Guimarães. Este conjunto de textos reproduz aulas simuladas, com especial atenção à Zoologia, distinguindo os animais a partir de sua utilidade ou nocividade à produção agrícola. De acordo com o próprio autor destes artigos, seu objetivo é ser o menos complexo possível, pois não desejava “cansar a memória” daquele que em todas as lições chama de “meu filho”.

O professor faz questão de pontificar erudição, no que revela sua ideia de ciência, das ciências relevantes e da hierarquia entre elas. Em *Lição de Coisas I*, coloca para a ciência agrícola a fonte do conhecimento humano.

*Eu poderia dizer que a Ciência única é a Física, e não teria dito um absurdo. A única Ciência mater é a ciência agrícola, e não seria um paradoxo. Não me refiro nem à Agricultura nem à Agronomia. Esta é um ramo da ciência muito recente; é um rebento novo; aquela é muito antiga para gozar dos foros de Ciência; mas eu disse – Ciência Agrícola. É desta que provêm todas as investigações humanas, todo o conjunto do humano saber.*<sup>48</sup>

Nos artigos se engendra uma representação subjacente de aluno que tem sempre credices, preconceitos e superstições a serem superadas, concepções estas na visão de Guimarães atrasadas e que são resultantes das nossas matrizes raciais. Parmentier, por exemplo, supostamente perguntado pelo aluno, se o sapo seria útil à lavoura, afinal, segundo o aluno, “sempre ouvi dizer que é bicho de mau agouro...”. O mestre responde, primeiramente dentro da lógica da utilidade, que na medida em que se nutre de insetos, larvas e moluscos nocivos à lavoura, o sapo “é um excelente auxiliar do agricultor”. Dizer que o sapo é de “mau agouro” é uma ideia falsa, “[...] que nos vem por *atavismo das três raças eminentemente supersticiosas*, das quais procede a maioria dos brasileiros, é que vai dando corpo e transmitindo-se de geração em geração pela narração oral dessa lenda tradicionalmente contada pelos *camponeses incultos* à lareira, nas horas de canícula.”<sup>49</sup>

Cumprindo com sua promessa, e mantendo o prisma racista/racial, Guimarães reitera a origem desta “superstição” nos nossos primeiros povoadores “estrangeiros” de nosso país: “[...] colonos tirados das massas incultas da culta Península Ibérica, os africanos do tráfico escravo, os tupis que desceram os Andes e vieram do Peru, pelo vale ou bacia do Amazonas, e a raça autóctone, os indígenas, selvagens, sem indústria, além da rudimentaríssima pesca ou caça, indolentes e ferozes”.<sup>50</sup>

Discorda de Ernest Haeckel acerca da falta de noção de Deus dos indígenas do Brasil, afinal “reconheciam a existência de um Deus poderoso e bom – Tupan”, ao que se deveria juntar “filho, o fetichismo dos africanos”. Raça é uma categoria central no sistema explicativo da seção *Lição de Coisas*. Ainda criticando Haeckel, que para ser “lógico consigo mesmo”,

*[...] devia admitir essa crença na nossa raça americana, porque sendo transmitida e conservada por hereditariedade, segundo a sua teoria, é claro que tais crenças, como a superstição, a mitologia indígena, devem ter passado para as nossas raças por hereditariedade, por aquilo que eu já chamei de atavismo, pois é sabido que os nossos caboclos procedem da Ásia e por isso são considerados por alguns naturalistas como uma variedade da raça mongólica.*<sup>51</sup>

Aqui a hereditariedade opera como fator explicativo do comportamento cultural, e a explicação das “raças atrasadas” a ser feita por naturalistas, estudiosos da natureza, afinal, não se trata de entender homens plenos. Entretanto o “atavismo das três raças” não implica alguma igualdade entre elas. A hierarquia elaborada por Guimarães tem no topo a Ibéria culta, seguida dos indígenas que crêem num Deus que não é o cristão, mas antropomorfizado (“um Deus poderoso e bom”) e, ao fim, na base, os “fetichistas” da África.

*Lição de coisas* mostra um engenheiro agrônomo integrando os debates raciais em voga no país entre os séculos XIX e XX, participando de uma agenda que à época atravessou as publicações de espaços para a ciências, como museus, institutos históricos e instituições de ensino superior, particularmente as faculdades de medicina e direito, e movimentos como o sanitarismo ou o eugenismo,<sup>52</sup>

A ciência como conhecimento que confere legitimidade à sua profissão é uma constante estruturadora dos textos de engenheiros agrônomos formados e estudantes. Frente ao período imperial, a defesa da vocação agrícola brasileira e da vinculação de seu destino aos rumos da nação, e a defesa do ensino agrícola e da difusão da ciência, da técnica e da racionalidade no campo e, principalmente, o agrônomo como o agente civilizador do campo, graças ao seu arcabouço científico, podem ser identificados como permanências importantes.<sup>53</sup>

Um resumo do exposto acima se encontra na série de artigos do Chefe de Prática Agrícola e Hortícola, Lourenzo Bertolin. Intitulados *Agronomia*, numa série de seis textos, publicados em todos os números localizados, defende o papel central das ciências básicas para a agronomia. Não é por menos que em *Agronomia I*, tratando da importância da meteorologia afirmando:

*O Ministério da Agricultura fundou-se com o fim principal de difundir o ensino agrícola, e faz notar que o dito ensino só poderá ser realizado por pessoas que tiverem estudado este clima, os fenômenos meteorológicos e a sua pressão.*

*[...] Creio que o ensino será útil se for ministrado por agrônomos experientes, isto é, pelos que, a par de conhecimentos gerais das ciências agrônômicas, souberem aplicá-los racionalmente ao amanho das terras e no cultivo das plantas. Além das ciências naturais, devem conhecer todo um grupo de ciências que se prendem irredutivelmente à agricultura e a completam, como sejam a química, a física, a mecânica, a geologia, a zootecnia e a fisiologia vegetal.*

*Na agricultura acha-se o segredo da prosperidade do Brasil; quando o brasileiro compreender essa verdade terá assegurado o futuro desta grande nacionalidade sem igual no mundo.*

*A carência de braços faz-se sentir; que venha do estrangeiro 'o guano vivo, o adubo prodigioso' que é o colono, recompensado pelo seu trabalho generosamente, a fim que ame a nova terra, identificando-se com o novo meio.<sup>54</sup>*

236

E conclui, na mesma página.

*Sabe-se que os princípios científicos e técnicos para conseguir esse desideratum são dados pela Agronomia e sua aplicação constitui a Agricultura.*

*A primeira é uma ciência, a segunda, conforme as modalidades, é uma arte ou indústria.*

*Que os brasileiros progressistas façam com que seus filhos estudem as belas ciências agrônômicas e assim ter-se-á assegurado o futuro do Brasil.*

*No próximo número falarei sobre a química geral agrária, que é a base do ensino agrícola.*

É relevante considerar que, se a ciência como legitimadora da ação/posição do agrônomo permeia esse periódico, a unanimidade não se estende a todos os temas, como no que tange à imigração. Bertolin é defensor do "guano vivo" do estrangeiro, mas todos os textos de abertura da revista são em defesa dos "braços nacionais", apresentando, como outras instituições científicas da Primeira República, forte caráter nacionalista e "patriótico".

No artigo "O problema nacional", o ensino agrícola, a nação, a vocação agrícola brasileira, a relevância da ciência, raça e braços são balizas que se fazem presentes e articuladas. Contudo a crítica à imigração estrangeira se faz contundente.

*Muita gente, e a maior parte, entende que, dada essa precisão de braços, devemos estabelecer os pomposos reclamos das nossas maravilhas no estrangeiro, para recebermos em troca de milhões dispêndios prodigamente como tem sido, dúzias de colonos inaptos.*

*Muitos prejuízos advêm dessa interpretação precipitada e sonhadora:*

1.º Consumimos grandes somas, que poderiam ser melhor aproveitadas;

2.º Importamos a mais das vezes elementos prejudiciais à nossa constituição étnica, a menos que mais prejudiciais ainda à nossa política, quando são dos que se afastam por completo da família brasileira, constituindo egoisticamente em nosso território núcleos poderosos de combate cerrado à nossa nacionalidade, ameaçando, portanto, nossa paz e nossa integridade;

3.º desamparamos os nossos compatriotas, aos quais em primeiro lugar devemos auxiliar dedicadamente.

Cada um desses prejuízos nos traz outros ainda, suas ramificações poderosas, prejuízos morais e materiais, que nos irão merecer, em outro artigo, uma análise mais rigorosa.

Ora, se há um assunto da mais alta importância para os governos, é certamente a educação do povo. Essa educação tem duas dependências: é o ensino primário e o ensino profissional, agrícola especialmente.

No primeiro devemos educar o homem e o cidadão; no segundo o trabalhador.

Do primeiro resultará o levantamento do caráter nacional e a sua conseqüência lógica: a compreensão das nossas liberdades, dos nossos direitos, da nossa honra, dos nossos brios, amando as glórias do nosso passado e mantendo as energias indispensáveis à vitória do nosso futuro; do segundo o cultivo do solo, o desenvolvimento das nossas riquezas, a salvação das nossas finanças e, ao mesmo tempo, de um ou de outro, o aperfeiçoamento da nossa raça e a sua necessária consolidação, para constituirmo-nos um povo, caracteristicamente um povo.<sup>55</sup>

Ao tempo em que identificamos uma ideologia consistente, não há monotonia, mas também espaço para divergências, inclusive com textos que se dirigem ao MAIC, com propostas para o ensino agrícola em geral e para a EAB-EMTP em particular. Isso fica particularmente evidente nos textos de Victor André Argollo Ferrão, personagem que reúne de modo explícito as relações entre saber e poder, como professor (do IAB), articulista (do Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia) e membro da Sociedade Baiana de Agricultura.

237

Três textos de Ferrão foram publicados sob o título de “Ensino agrônômico” nos números 02 (novembro de 1911, p. 28-29), 03 (dezembro de 1911, p.43-44) e 05 (fevereiro de 1912, p.85-87). No primeiro texto justifica a escolha do tema, a reforma do ensino agrônômico, como condição do progresso da lavoura. Sua proposta é estudar a Escola da Bahia e também em geral, principiando por analisar as condições que deve preencher o local escolhido, para uma escola teórico-prática de Agronomia.

Segundo Ferrão, a experiência europeia apontava a necessidade da proximidade de um centro intelectual como, por exemplo, o Instituto Agrônômico de Paris ou a Escola Agrícola de Montpellier. Divergindo do citado “O problema nacional”, contrário ao ensino de teses e doutores, Ferrão vislumbra esta mudança como “indispensável à vida de uma escola superior”. Perceba-se: trata da EAB-EMTP num horizonte de instituição de ensino superior, e não de nível médio. As vantagens que resultariam da mudança para o subúrbio da Capital seriam as seguintes:

1) facilidade para os alunos de fazerem excursões agrícolas nas diversas zonas do Estado, pois é da Capital que ramificam-se nossas vias de comunicação.

Estas excursões são indispensáveis, pois são verdadeiras lições práticas [...].

2) Fazer que os laboratórios possam ser freqüentados por praticantes, que, ao mesmo tempo que executam ou auxiliam os trabalhos determinados pelo químico, aprendem química ou aperfeiçoam-se nesta ciência, sem ônus para o Governo, ou antes pelo contrário.

3) Tornar acessíveis a todos os proprietários, pois todos vêm à Capital tratar negócios, os ensinamentos práticos alcançados nos campos de demonstração e experimentação, que poderão facilmente ser visitados.

Por outro lado, esta visitas servirão de estímulo aos encarregados, que farão de tudo para realizar experiências interessantes e proveitosas [...].



4) Tornar dispensável o internato, que não está de acordo com os nossos hábitos, razão pela qual foi supresso na escola de Piracicaba, e é um pesado ônus para o Governo e uma fonte de consumições e de trabalho estéril e ingrato para o diretor (grifo nosso).<sup>56</sup>

Ferrão revela as dificuldades de deslocamento até a escola e da vigência do internato,<sup>57</sup> a necessidade de mais práticas em campo e laboratório, e dentro da ideologia da pedagogia do exemplo do MAIC, pondo os campos de experimentação e demonstração como mais que espaços para a atividade pedagógica e/ou científica, mas mecanismos de estímulo e divulgação frente às “classes rurais”.

Seu primeiro texto reforça uma crítica sobre a imprestabilidade do terreno de São Bento das Lages que vem da Escola em tempos imperiais: ser um ponto de difícil acesso, com terras muito acidentadas, imprestáveis para sede de uma escola teórico-prática de Agronomia, que não possuía sequer área suficiente de terrenos acessíveis a máquinas agrícolas, para estabelecer as culturas de demonstração, indispensáveis às novas configurações da agronomia para alcançar reconhecimento social.<sup>58</sup>

No segundo artigo são expostos os motivos para o prolongamento em um ano para os cursos ou, como alternativa, a exigência de mais matérias para admissão, propondo uma nova notação, “racional”, para calcular as médias. As matemáticas ocupariam um papel central quer no momento da admissão, quer na formação do agrônomo. A aritmética como matéria de máxima importância, devia ter o coeficiente três, “pois é uma ciência exata que se não for bem estudada desde suas bases, será um obstáculo ao aproveitamento do curso por parte do aluno”<sup>59</sup>. No último artigo complementar taxativamente: “Há matérias que podem ser estudadas pelo agrônomo depois de formar-se. As matemáticas, porém, base de todas as ciências exatas, devem ser rigorosamente estudadas, pois *para elas não se sabe bem ou mediocrementemente, não há meio termo, é saber ou não saber*”.<sup>60</sup>

Diante da exigência do curso ginásial ou de exames preparatórios que cobravam português, francês, aritmética, geografia geral e do Brasil, História do Brasil, e de um curso de três anos, para Ferrão seria “impossível em três anos formar um agrônomo, que entre para uma escola com estes preparatórios”. Com um ano a mais de curso ou com preparatórios mais abrangentes, Ferrão almeja uma dedicação especial às ciências agrônômicas, ou em suas palavras, “ensinar Agricultura geral, Zootecnia, Agrimensura e Topografia, química agrícola, etc., enfim à aplicação de parte das ciências puras que os alunos já haviam de conhecer”.

Mas o texto em que Ferrão mais apresentou sua concepção da formação necessária ao agrônomo seria no terceiro e último artigo, onde procura analisar a distribuição das matérias nas cadeiras e a necessidade de aumentar o seu número.

Sua proposta anteciparia em uma década o currículo da EAB. Quando esta é reaberta na década de 1920, contudo, o ensino volta ao nível superior. Por conseguinte Ferrão apresenta um plano ambicioso. Ao final de sua proposta de reformulação, o currículo ficaria estruturado em nove cadeiras.<sup>61</sup> Podemos interpretar nesta proposição tanto uma atualização da parte do articulista, quanto um exemplo do desejo do professorado em resgatar à EAB sua posição original, de instituição de nível superior, implicando simultaneamente num reposicionamento da escola e dos professores desta escola no campo intelectual e científico na Bahia.

Nosso foco, contudo, consiste no período da EAB enquanto escola média. Observemos o caminho que Ferrão percorre para justificar a ampliação e reestruturação das cadeiras propondo, na prática, um currículo para a formação de engenheiros agrônomos (título superior) numa escola média de agricultura, formadora de agrônomos.

A 1.<sup>a</sup> cadeira abrangia “tantas matérias” – álgebra, geometria, trigonometria, noções de mecânica geral, mecânica agrícola, construções rurais, hidráulica agrícola – “que é impossível a um lente lecioná-las”. Além de uma reestruturação transformando-a numa cadeira “exclusivamente de matemáticas”, propunha uma estruturação do ensino de física distinta da até então adotada em São Bento das Lages. “Aliás, a mecânica geral é uma parte da física e deve pertencer à 2.<sup>a</sup> cadeira, assim como a mecânica agrícola, que é parte da física agrícola. As construções rurais devem ser da cadeira de engenharia agrícola, assim como a parte da hidráulica [...] drenagem e irrigação são partes

da cadeira de Agricultura”.<sup>62</sup> Perpassa esta proposta de alteração do regulamento da escola não só o aprendizado dos alunos, mas principal e recorrentemente não sobrecarregar os professores com cadeiras extensas demais de um lado e outras vistas tardia e rapidamente.

As preocupações e soluções de Ferrão em reformar o ensino da EAB-EMTP se circunstanciam nos objetivos precípuos do MAIC em implantar no Brasil um ensino agrônomo racional e civilizador, desta feita aproximando-se da linha que seria adotada nos artigos de abertura do *O Agrônomo*, conforme a análise do texto “O problema nacional” indica. Com os demais textos de abertura da revista temos um conjunto de editoriais que está estruturado em torno da “pátria”, da “nação”, da “civilização” e da afirmação do caráter “essencialmente agrícola” do Brasil, cujo progresso está incondicionalmente vinculado à reforma do ensino e particularmente do ensino agrícola como fatores de progresso.

Na leitura de “Nova era”, primeiro texto do primeiro número, são apresentadas representações fundamentais no discurso ruralista. No primeiro parágrafo, os vínculos orgânicos entre nação e agricultura são de pronto estabelecidos.

*País novo, essencialmente agrícola, o nosso, até então olvidara a sua maior fonte de riqueza, de que pro-manariam sempre os grandes bens, os inesgotáveis recursos de energia. [...] entretanto, a seiva que deveria correr as artérias da nação, fortalecer-lhe o organismo, enobrecer-lhe o nome, dar-lhe grandeza e vigor, abandonara-se à perspectiva dessa vaidade a que inspiraram as simples previsões da nossa grandeza.*<sup>63</sup>

O texto prossegue afirmando que apesar dos progressos de “vinte e dois anos de um regime novo, liberal e civilizador”, permanecíamos ainda em dificuldades. É neste momento que se defende a emergência de medidas que vitalizariam nossa riqueza “superabundante, pródiga e inesgotável”, por meio “somente na agricultura, de que dependem a indústria e o comércio”, ou seja, a criação do MAIC e a recriação da EAB-EMTP por este órgão. A criação do MAIC vinha “satisfazer às mais justas aspirações nacionais”, e dentre suas “seguras” e “promissoras” primeiras tentativas, “sem o caráter pessoal que pareça ter, orgulhamo-nos de salientar a avocação da Escola Agrícola da Bahia”.

Assim a criação de *O Agrônomo* se inscreve nesta conjuntura em que na “vida nacional” se fecundam reformas para a elevação da pátria, em “uma nova era de progresso e de engrandecimento”, almejando ter êxito aonde o Instituto Agrícola da Bahia falhara. “Na sua última administração infeliz como nunca, ressurgue agora [...]. Esse ressurgimento quisemos nós outros distinguir com o modesto estandarte que ora desfraldamos, lançando à publicidade este periódico, - amostra do ardor com que nos devotamos ao progresso pátrio, de amor e desprendimento com que desejamos servir ao Brasil.”<sup>64</sup>

Se um dos elementos centrais do ruralismo é a criação de uma nova ética do trabalho, regeneradora e disciplinadora dos braços, imbuída esta ética por padrões de extração marcadamente urbana, o texto conclui, tendo por suporte, mais uma vez, os valores “patrióticos”. “Reivindicamos a tradição romana. Sejamos operários e soldados, e, feita de tão grandes servidores, a nossa Pátria será a maior, a mais poderosa, a mais culta, com a vastidão do seu território, a riqueza do seu solo, os tesouros de sua natureza e a inteligência dos seus filhos.”<sup>65</sup>

Publicada no sexto número, “A reforma das reformas” é dedicado ao ensino agrícola elementar, resumindo de certa forma o estilo discursivo dos textos de abertura anteriores, afirmando que dentre as múltiplas questões que o constituem “o problema nacional”, sobressai o ensino. O programa dessa reforma se resumiria nas seguintes medidas:

1.º Uniformidade do ensino em todo o país [...] para harmonizar as tendências do povo.

2.º Desenvolver a escola primária, quanto possível, difundindo-a por toda parte [...], mas não se obrigando o Estado da tutela do cidadão, para não nos afastarmos da índole do nosso regime.

3.º Estímulo aos professores e aos alunos, com recompensas nobres, que não signifiquem a compra do esforço, como por vezes se tem tentado, mas a glória do esforço.

4.º Educação física, cívica e moral [...]

5.º *Introdução discreta no ensino de amor ao trabalho, definindo as tendências para o comércio, para a lavoura e para as indústrias, sendo como é o amor ao trabalho o único incentivo para o nosso desenvolvimento econômico.*<sup>66</sup>

A esta plataforma de providências a se adotar, segue-se uma contundente crítica aos políticos e contra “as dubiedades dos estadistas, as fragilidades legisladoras, a inconstância das idéias e dos sentimentos dos nossos homens”, e contra “esse espetáculo de fraqueza política”. Seguindo uma estratégia discursiva que já se encontrava nas teses de conclusão da Escola Agrícola da Bahia (1880-1904), demarcando sua atuação científica e prática frente aos bacharéis, contrapõe como principal ação a ser adotada “um esforço supremo” de reforma.

*[...] uma só, vasta sadia, e genuinamente patriótica, [com que] salvaríamos a Nação desse aniquilamento em que ela se debate, em que ela se contorce e esfacela.*

*Seria a reforma das reformas. Não seria reformar as instituições, não seria reformar os altos departamentos administrativos, não seria reformar as leis, nem os congressos, nem o regime: seria reformar o povo, a sua índole, os seus costumes, o seu caráter, a sua própria organização; seria unicamente reformar o ensino, mas repetimos, não o ensino de doutores.*

*Precisamos, dissemos nós, de braços bem orientados para o trabalho e, portanto, do ensino do povo, em sua legítima expressão, de que virão esses braços.*<sup>67</sup>

Os artigos sobre os diversos cultivos não dissociam recomendações técnicas de propostas de intervenção política, evidenciando o que significava fazer agronomia no espaço da EAB-EMTP para os próprios estudantes. E para estes alunos, uma das tarefas fundamentais a se realizar no campo era a difusão da especialização do trabalho, a fim de produzir culturas “racionalmente feitas”.

Particularmente nestes textos complementa-se um esforço de demarcar uma diferença entre as atividades realizadas no IAB a cargo de Leo Zehntner (1906-1910) e a nova fase da instituição e da agricultura do país, com a nova orientação do Ministério da Agricultura. Os estudantes publicam experimentos feitos por eles próprios ou por seus professores nos terrenos da Escola.

Um procedimento comum aos estudantes da EAB-EMTP está na necessidade do conhecimento em química para o preparo do solo. Carlos Valeriano descreve, em “A cultura da alfafa em S. Bento das Lages”, uma experiência do chefe de culturas da EAB-EMTP Lourenzo Bertolin com alfafa para contestar a diretoria antiga, de Zehntner, que “sustentara em relatório dirigido ao governo baiano que a cultura da alfafa não podia ser feita em S. Bento das Lages, pois para isso não prestava o clima!”<sup>68</sup>.

A contestação à gestão Zehntner e valorização dos profissionais locais se apresenta também em “Indústria pecuária”, de Lindolpho Pereira e “Cultura da mandioca”, de Carlos Valeriano. No primeiro caso, tratando da criação de suínos, remete a dados de “valor científico” do professor do IAB André Argollo Ferrão, referência para a metodologia comparativa entre o gado bovino e o suíno, do ponto de vista da produção de carne, da reprodução e como máquina de trabalho: “Em quatro meses de engorda, dizia o meu ilustre mestre Dr. André Argollo, o porco pode duplicar de peso e em igual tempo um boi galgará no máximo 30%”<sup>69</sup>.

O texto de Valeriano após dar informações sobre a classificação botânica e origem da mandioca propõe o uso da charrua por exigir pouco esforço e capital, devendo a adubação ser feita apenas após os métodos mecânicos. A condenação à gestão do IAB se direciona às tentativas de reprodução da mandioca pela reprodução de raízes. Citando agora carta que recebera do engenheiro agrônomo Gustavo Dutra, a raiz de mandioca não tinha princípio vegetativo: “Há e somente existem dois meios de multiplicação das mandiocas e todas as espécies do gênero *Manihot*: por estacas e por sementes, as primeiras reproduzindo as variedades e as últimas não, pois as sementes dão variedades rústicas muito diferentes entre si, as quais, só depois podem produzir raízes feculentas”.<sup>70</sup>

As variedades cultivadas no IAB também malograram por serem cultivadas “em terreno silico-argiloso de com-

posição química ignorada”. Outro professor da EAB também realizou experiências com mandioca em Valença, Silvério Guimarães. Valeriano tornaria a fazer críticas pesadas a Zehntner em “A Cultura do fumo”<sup>71</sup>. O naturalista suíço afirmara, segundo o estudante, que “o terreno silico-argiloso é nocivo ao fumo, negando assim um preceito estabelecido por experiências longamente feitas e rigorosamente observadas”<sup>72</sup>.

O equívoco “explica-se, satisfatoriamente, considerando-se que o Dr. Zehntner adubou, sem análise prévia, o terreno. Adubar deste modo é envenenar, é matar a vegetação, e que se lhe patenteava em S. Gonçalo dos Campos onde, conjuntamente com o sr. Edmundo Schubert, adubou sem análise prévia do terreno, o solo destinado ao cultivo do fumo, [...] tendo em resultado um fumo raquíptico, de folhas crespas, estreitas e muito pequenas”<sup>73</sup>. Mais uma vez Gustavo Dutra é referência, agora para a fórmula para adubação da cultura e para a aclimação de sementes importadas.

Mais um ponto de divergência com o ex-diretor do IAB ocorreu em torno do uso do estrume nesta cultura. Zehntner em suas experiências teria concluído que o estrume de gado é nocivo à cultura do fumo. Para Valeriano, o resultado negativo desta experiência “teve a sua causa no modo de empregá-lo”. Dentre as regras a observar no emprego do estrume, ele cita evitar o uso de estrume verde. “Empregado verde, além de ter matéria orgânica pouco decomposta, e os minerais pouco assimiláveis, encerra sementes de ervas daninhas à cultura e ovos de insetos. [...] Acresce notar ainda, duas circunstâncias [...]: a quantidade de estrume e o estado de fermentação em que se achava no momento em que foi utilizado.”<sup>74</sup>

Almejando dar um cunho racional às culturas para obter produto apreciável no mercado, a especialização do trabalho é uma medida necessária, inviabilizada, contudo no estado pela falta de instrução, conforme Lindolpho Pereira em “Indústria pecuária”. Criticando os que não investem na produção, preferindo a especulação e a renda de juros, Pereira critica o potencial não aproveitado da Bahia, pondo-a em atraso em face de outros estados, quando “não há grão ou semente que, posta na sua superfície, logo não nos faça assistir o seu desenvolvimento”<sup>75</sup>.

A exaltação da natureza da Bahia e do Brasil é uma característica constante em seus artigos. Entretanto, tais recursos devem ser racionalmente controlados. A natureza colossal e a necessidade de preservá-la é o tema de “A devastação das matas”, também de Pereira. Pregando a necessidade de garantir o bem estar coletivo, em vez daqueles que lutam no “terreno escabroso, falso, qual o dessa política”, o articulista afirma que por ter uma vegetação promissora, deve o Estado legislar sobre a derrubada das matas.<sup>76</sup>

Em “A devastação das matas II”, ele se debruça sobre a situação das matas de Santo Amaro, cidade vizinha à EAB-EMTP, vitimadas “pela usura incompreendida da quase totalidade de seus proprietários”, que com suas usinas e fábricas junto aos administradores públicos não pesam a consequência da devastação das matas.<sup>77</sup>

Segundo Pereira, em Santo Amaro (cidade vizinha à sede da escola, São Francisco do Conde), a destruição chegara ao ponto de afetar a correnteza dos rios da cidade, com efeitos no clima e fertilidade dos terrenos. Sem negar os melhoramentos trazidos com as fábricas e usinas, não os considerava compensatórios do impacto no sistema hidrográfico de Santo Amaro, além do que, as madeiras, com outras aplicações, “representariam grandes fortunas”. O problema central não era a derrubada das árvores em si, mas a necessidade de realizá-las “racionalmente”, ou seja, sob os preceitos da agronomia.<sup>78</sup>

O estabelecimento da exploração racional do solo e a especialização do trabalho funcionaram como procedimentos imperativos no esquema de intervenção no mundo agrário para os estudantes da EAB-EMTP. Tornando ao artigo “Indústria pecuária”, Pereira explica o atraso da produção baiana como “originado da falta de instrução do nosso povo, e já é tempo de dissiparmos essa treva que nos envolve a iniciativa e procurarmos imitar os outros povos, estabelecendo entre nós a especialização do trabalho”, uma base incontestável do “adiantamento dos povos”. E conclui no número dois de *O Agrônomo*: “Sabemos que é por meio da especialização do trabalho que poderemos mais facilmente alcançar a realização de nossos ideais”.<sup>79</sup>

Os artigos de *O Agrônomo* reúnem um conjunto de procedimentos, valores e representação compartilhados pelos alunos durante o seu processo de formação. Os agronomandos da EAB-EMTP cristalizaram nestes textos a defesa dos

destinos da agricultura como dos destinos do país e seu papel de agentes capazes de disseminar a luz da ciência e superar a rotina e o atraso no campo. Baseando suas propostas de intervenção na razão científica, a partir de atividades práticas por eles próprios feitas ou acompanhadas nos terrenos da escola, formando um conjunto de convenções e procedimentos práticos que regularam a elaboração e avaliação dos conhecimentos por eles produzidos e reproduzidos naquele espaço. Paradoxalmente, os alunos que mais se destacam na produção dos artigos sobre cultivos e se esforçam na demarcação de uma nova fase para a escola de S. Bento das Lages, ante a gestão e pesquisas realizadas por Leo Zehntner, ou seja, Lindolpho Pereira Moniz Barreto e Carlos Valeriano foram dois ex-alunos do Instituto Agrícola da Bahia entre 1908 e 1910.<sup>80</sup>

Pereira, Valeriano e os demais integrantes do Centro de Estudantes responsável pela edição da revista, porém não seriam diplomados como agrônomos, e sim como engenheiros agrônomos. Como isto foi possível?

## Portas cerradas

Entre 1913 e 1914 teve início o processo de fechamento da EAB-EMTP. O fim da EAB-EMTP poderia ser entendido como surpreendente, na medida em que além do investimento e do papel estratégico desta instituição, o trabalho de professores e direção é sobejamente elogiado nos relatórios do MAIC entre 1911 e 1913. Mas no ano de 1914, a situação na escola é de confronto agudo entre diretor e estudantes.

*Por motivos de ordem administrativa, foram suspensos, pelo decreto n. 10.855, de 15 de abril deste ano, os trabalhos letivos da Escola Média ou Teórico-Prática da Bahia, até ulterior deliberação. Vinham de longe os sintomas de franca indisciplina naquele estabelecimento de ensino, cuja diretoria, em 1913, foi obrigada a demitir-se depois de gravíssimas ocorrências que determinaram, durante alguns dias, o fechamento da referida Escola.*

*As providências então postas em prática pelo meu antecessor e a ação da nova diretoria foram suficientes para por, de vez, um termo naquela situação anormal entre professores e estudantes, com evidente prejuízo do ensino e completa ausência da disciplina escolar, indispensável à boa marcha de estabelecimentos dessa natureza.*

*Dão justa medida da situação irregular em que se encontrava a Escola os seguintes tópicos extraídos do relatório apresentado a este Ministério, pelo respectivo diretor e relativo aos trabalhos do ano passado:*

*Correu cheio de irregularidades, na Escola Agrícola da Bahia, o ano letivo de 1913-1914 que findou em 31 de janeiro do corrente ano.*

*Atritos entre os alunos e o ex-diretor, o dr. Henrique Devoto, atingiram tal grau de intensidade e tiveram conseqüências tão deploráveis que foi aquele meu antecessor obrigado primeiramente a fechar a Escola por alguns dias e depois exonerar-se do cargo que vinha exercendo desde a avocação do estabelecimento pelo Governo Federal, e, portanto, desde a sua instalação.<sup>81</sup>*

A providência adotada no intuito de não prejudicar os alunos ali matriculados foi sua transferência para a Escola anexa ao Posto Zootécnico Federal de Pinheiro. Dezesete estudantes foram contemplados. Todos os alunos do Centro de Estudantes da Escola Agrícola da Bahia que compunham sua diretoria, comissão de pareceres e da Redação do Agrônomo, concluíram seus estudos no Rio de Janeiro. Foi desta maneira que profissionais de nível médio terminaram se diplomando engenheiros agrônomos.

Mendonça, em *Agronomia e poder*, explica que a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro, também corria neste período o risco de ser fechada devido às sérias restrições orçamentárias que o MAIC passava. A sua fusão com a Escola Agrícola da Bahia e o Posto Zootécnico de Pinheiro,<sup>82</sup> recebendo os estudantes destas respectivas instituições é corroborada por Relatório do MAIC de 1916.<sup>83</sup>

*A unificação, por esse ato conseguida, do ensino médio ou teórico-prático e do superior, encetando, com toda a segurança de êxito, um regime essencialmente prático, em que não se despreza a teoria, mas se limita esta ao mínimo estritamente indispensável ao perfeito conhecimento dos fenômenos sob estudo, teve por escopo formar, pelo menos, um núcleo de profissionais capazes de intervir direta ou indiretamente em todas as esferas de aplicação da ciência agrícola, desde a mais complexa e elevada à mais simples e secundária, constituindo, por esse modo, um corpo de homens aptos não só à resolução consciente de todas as questões de natureza científica, senão à direção, em pleno campo, de todos os mistérios relacionados com a técnica e prática agrícolas.*

*Em harmonia com a autorização contida no art. 75 da vigente lei orçamentária da despesa, realizou-se a unificação didática, concentradas na da Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal de Pinheiro as sedes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, instalada nesta Capital, e da Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura da Bahia e fundidos esses três num estabelecimento sob a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Da fusão operada advirão grandes economias para o erário, não só no tocante ao pessoal, por efeito da retração do respectivo quadro, mas ainda no que concerne ao material, cuja utilização, circunscrita a um só instituto, corresponde a menor dispêndio.<sup>84</sup>*

A suspensão das atividades da EAB-EMTP, e seu fechamento definitivo em 1917, não foi, portanto, responsabilidade exclusiva da diretoria, mas resultou também de uma conjuntura aonde a própria manutenção do ensino agrônomo como um todo, conforme os planos da SNA e sob responsabilidade do MAIC, encontrava-se em risco.

A escola baiana pode ser caracterizada, então, como escola de “pequena porta”, para utilizar uma tipologia elaborada por Bourdieu conforme Mendonça, onde por seu lado as escolas de grande porta são aquelas “situadas numa posição de maior proximidade com os principais núcleos decisórios do campo do poder”.<sup>85</sup> A posição subalterna da escola baiana se estabeleceu, a nosso ver, não somente pelo seu nível médio, mas pelo papel coadjuvante, ainda que relevante, da Bahia no cenário republicano.

A fusão EAB-EMTP/ESAMV/Escola de Pinheiro exemplifica a subordinação do campo intelectual, particularmente do subcampo das instituições de ensino superior agrônomo, ao campo político, “dele sofrendo reveses e a imposição de critérios de hierarquização não puramente acadêmicos”.<sup>86</sup> O fim da escola média não implicou, contudo, no fim do ensino agrônomo em São Bento das Lages. Ele perduraria ainda mais uma década até a transferência da escola.

*O Agrônomo*, coligido com outras fontes, permite-nos concluir que a EAB-EMTP foi um componente estratégico na configuração da agronomia no Brasil, ao tempo em que simultaneamente integrou a construção de uma contra-hegemonia, galvanizada por Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e a própria Bahia.

Num olhar panorâmico, podemos concluir que a criação da EAB integrou um esforço de recuperação da lavoura agroexportadora baiana, seja no Império, seja na República, e neste esforço, através de sucessivas associações, esta fração de classe dominante se articulou com outras oligarquias ao tempo em que engendrou sua hegemonia no estado.

O que não se deve perder de vista é que a Escola Média de Agricultura da Bahia se ergueu sobre uma tradição que remete ao Império, sobreviveu à passagem ao regime republicano, e vivenciou com uma contínua e crescente participação de egressos da própria instituição que se aproximou da totalidade um dos mais ricos, conflituosos e efêmeros modelos institucionais que aquele palacete às margens do rio Subaé abrigou.

E apesar do tombamento pelos decretos nº 28.398, de 10/11/1981 (de acordo com a lei nº 3660 de 08/06/1978), e nº 36.319, de 23/10/1978,<sup>87</sup> as edificações que por mais de meio século abrigaram a primeira escola brasileira de agronomia (e uma das primeiras da América Latina) até sua transferência para a capital, Salvador, em 1930, de ano a ano se tornam ruínas. Imponentes, sem dúvida, mas ruínas.

# O Agrônomo

Orgam dos Estudantes da Escola Agricola da Baía

BAÍA

S. BENTO DAS LAJES

BRAZIL



Dr. PEDRO DE TOLEDO  
MINISTRO DA AGRICULTURA

Iniciando hoje a publicação d'O AGRONOMO, temos o prazer de honrar a sua primeira pajina com o retrato do Exm. Snr. Dr. Pedro de Toledo.

Modesta homenagem, tem a riqueza da homojeneidade e pureza da nossa intensão e a veemencia da gratidão que a inspira, porque, na grande obra do alevantamento patrio, que tem os seus alicerces na propagação e verdade do ensino agricola, a sua proeminente figura sobresaç gloriozamente, merecendo os aplausos da Nação.

Particularmente, O AGRONOMO deve-lhe profundo reconhecimento.

Essa pretensão, agora triunfante, de, na esfera por nossas forças traçada, concorrer para aquela obra, embora com o grande esforço e o pequeno proveito dos que principiam, essa pretensão teve do nosso homenageado a boa vontade e dedicação que a fizeram vencer.

A nossa homenagem nasce, pois, entuziasticamente do seio da nossa mocidade: prestando-a, cumprimos um dever para com a nossa consciencia, obedecendo a um impulso da nossa sinceridade.



Figura 1 Capa do nº 1 de O Agrônomo, com fotografura do Ministro da Agricultura em 1911, Pedro de Toledo.

## Dr. Sergio de Carvalho

Consultor Técnico do Ministerio da Agricultura e Lente do Museu Nacional



É um nome que está intimamente ligado ao nosso coração e ao nosso espirito, o do Dr. Sergio de Carvalho.

Nessa luta gloriosa em que ora nos empenhamos, temol-o um farol grandioso, amparando-nos e guiando-nos dedicadamente.

O seu interesse por esta Escola, por todas as suas aspirações, é verdadeiramente paternal, consagrando-lhe momento a momento uma parcela valiosa do seu esforço, do seu talento, de suas virtudes.

Os nossos colegas adoram-no, e por isso com o maior entusiasmo iluminam sua revista com o seu, dele, retrato, testemunhando-lhe assim pequena mas eloquente prova de acatamento, gratidão e justiça.



### Dr. HENRIQUE DEVOTO

Diretor da Escola Agrícola da Baía

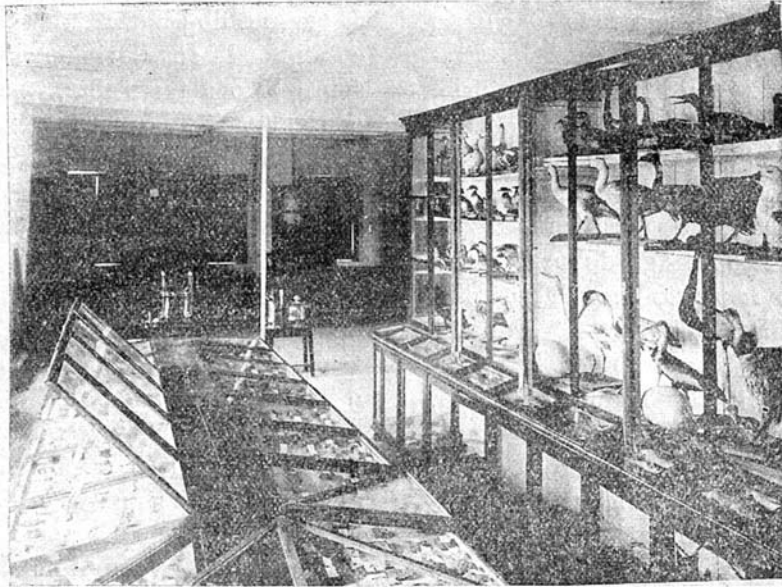
Dentre aqueles que desta Escola saíram levando consigo a boa nomeada, pelo talento e pelas virtudes, é o Dr. Henrique Devoto um nome simpatico e distinto. Ultimamente nomeado, por uma rigorosa escolha, para o cargo saliente que ora ocupa, o Dr. Devoto se nos representa uma grande esperança, em que confiamos com sinceridade. Desvanecemos-nos, pois, de render-lhe esta justa prova de admiração.

**Figura 2** Sérgio de Carvalho, formado na EAB em 1887. Pesquisador do Museu Nacional e diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Consultor Técnico do Ministério da Agricultura.

**Figura 3** Henrique Devoto, formado na EAB em 1880. Diretor da EAB-EMTP (1911-1913).



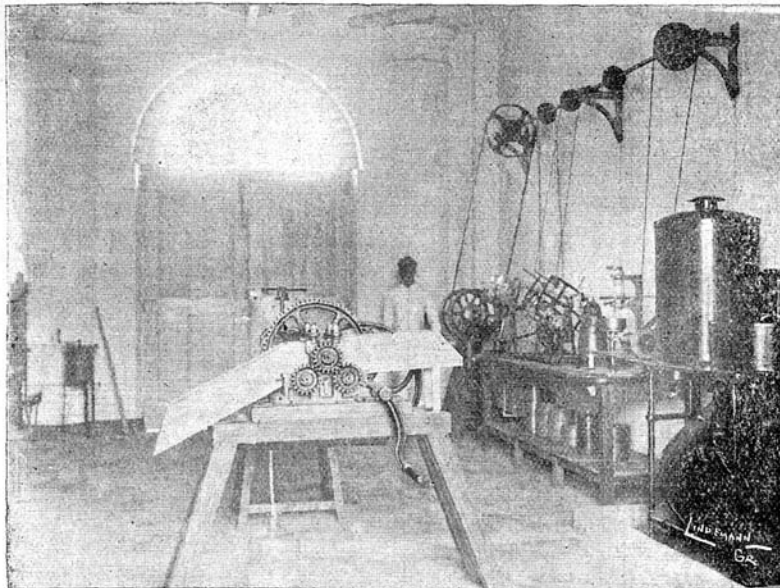
A nossa Escola atualmente



Uma parte do Museu de Zoologia e Mineralogia

Figura 4 Instalações: "A nossa Escola atualmente – Uma parte do Museu de Zoologia e Mineralogia".

246



Dependência do Gabinete de Química

(Vê-se uma pequena moenda para cana, motores e o aparelho de iluminação a gasolina)

Figura 5 Instalações: "Dependência do Gabinete de Química".



247

Figura 6 Instalações: "Nossa Escola atualmente: depósito de máquinas" Capa do nº 4 de O Agrônomo.

# O Agrônomo

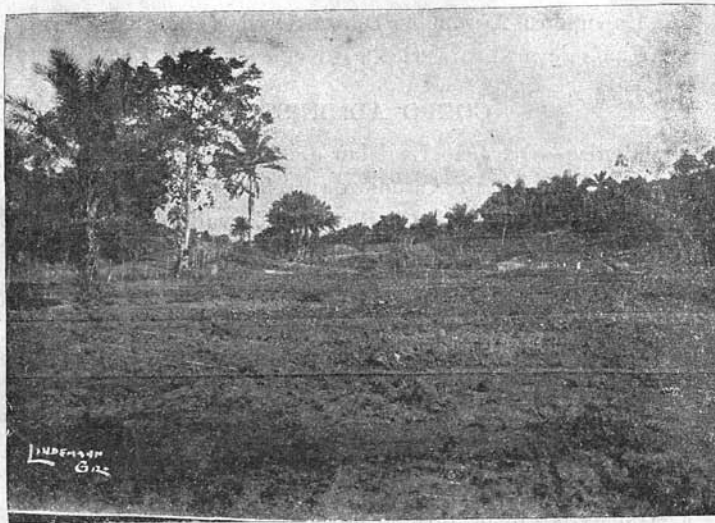
ORGAN DOS ESTUDANTES DA ESCOLA AGRICOLA DA BAÍA

Ano I

Mez de Fevereiro

Num. 5

## Vale do Tiririco



Vista jeral do Vale do Tiririco, enxuto com profunda drenagem, dele sendo extraídos 75 carros de lenha e 4.060 grandes tocos, que, reduzidos a cinza, produziram a suficiente para adubos do mesmo terreno.

## ESCOLA AGRICOLA DA BAÍA

**Baia-Brazil**

1912

Officina Xylo-Typographica—Corpo Santo, 59



Figura 7 Atividades: drenagem e abubação. Capa do nº 5 de O Agrônomo.



Figura 8 Atividades: "Culturas novas. Sorgo".



Figura 9 Ruínas da Escola Agrícola em São Francisco do Conde. 2002.

## Notas e referências bibliográficas

*Nilton de Almeida Araújo é mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana-BA – bolsa CAPES) e doutorando em História Social (Universidade Federal Fluminense – Bolsa CNPq). Este texto é baseado em parte do capítulo “Da Escola Média Teórico-Prática de Agricultura à volta do ensino superior (1911-1930)”, da dissertação que defendemos no Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS) em 2006: ARAÚJO, N.A. A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930). Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006 (dissertação de mestrado).*

- 1 EAB. *O Agrônomo – Orgam dos Estudantes da Escola Agrícola da Bahia*, n.01-06. São Bento das Lages, Outubro de 1911 a Março de 1912.
- 2 Segundo anuários da Escola Agrícola da Bahia de 1934 e 1936, de onde também coligimos informações sobre Devoto, os professores Durval Olivieri e Firmino Elói de Almeida concluíram em 1897, Aníbal Revault de Figueiredo em 1899, Rômulo Gonçalves em 1900. O professor formado há mais tempo era José Geminiano Guimarães, da turma de 1886. O diretor do Aprendizado Agrícola, anexo à EAB-EMTP, João Silvério Guimarães formou-se também em 1893 pela EAB. BAHIA. *Escola Agrícola da Bahia – 1934*. Bahia: Tipografia do Comércio, 1934; BAHIA. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Graphica Moderna, 1936.
- 3 GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. “Pedro de Toledo, Miguel Calmon, Homem de Melo, Teodoro Sampaio, Alberto Torres. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, IGHBA, n.º 63 (Separata), 1937, p.5.
- 4 BAHIA, op. cit., 1934, p. 29.
- 5 Cf. FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875 – 1934*. São Paulo: Hucitec, 1997; LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997; DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres e matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. São Paulo: [s.n.], 2002 (tese de doutorado); SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo/Feira de Santana: Hucitec/UEFS, 2001.
- 6 Um movimento político “integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de ‘frações dominadas da classe dominante’, identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como supõem alguns”. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.
- 7 *Ibid.*, p. 68.
- 8 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.3./edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 28. Um exemplo de articulação entre história das ciências e aporte gramsciano está em Pedro Marinho, cujo manejo de Gramsci em evitar a simplificação do “desmascaramento” das ideologias, reduzindo-as a “aparências”, e explicar a produção de um tipo particular de saber, no seu caso a engenharia, subsidia investigações sobre como um poder que leva os homens a atuar de certa maneira e se integrar na unidade social, necessitam de considerar a especificidade das ciências e sua inserção na cultura e na totalidade histórica. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*, Niterói: UFF, 2002 (dissertação de mestrado).
- 9 Cf. DOMINGUES, H. M. B. *Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*, 1995. São Paulo: FFLCH-USP (tese de doutorado), p. 209-213. Sobre Antonio Calmon, Cf. TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: UFBA, 1982 (dissertação de mestrado), p. 84, 243.
- 10 Segundo Margarida Neves, “todas as Exposições que se realizarão sob a Monarquia será confiada à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sua presidência será entregue a Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes”. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos Videira (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p.190.
- 11 Formou-se pela Politécnica do Rio de Janeiro, secretário de Agricultura da Bahia (1902-1904), foi deputado federal em 3 mandatos, fundador da Federação das Associações Comerciais do Brasil, vice-presidente da Liga de Defesa Nacional, integrante da Campanha Civilista, Ministro de Viação e Obras Públicas (1907-1910), senador (1927-1930), presidente da SNA (1921-1922), proprietário e usineiro e ainda foi professor da Escola Politécnica da Bahia. Cf. DIAS, op. cit., 2002; MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; MENDONÇA, op. cit., 1997.
- 12 SBA. *Correio Agrícola*. n.º 01, Ano III, 1925, p.30, grifo nosso.
- 13 A proposta de Baiardi é pioneira em abordar o IIBA pela perspectiva da história das ciências, haja vista que na escassa literatura sobre a EAB e o IIBA, consta a já citada dissertação de mestrado de Antonieta Tourinho, onde a autora dissecou a composição social do IIBA e da conjuntura em que este é criado e funda a EAB. Seu recorte cronológico, no entanto, não ultrapassa 1904. Daí conclui que apenas dois ex-alunos se tornaram professores. Extrapolando o recorte temporal, pudemos localizar uma presença significativa de diplomados pela EAB na própria instituição. BAIARDI, Amílcar. “O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930”. In: *Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (7. 1999: São Paulo)* VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais. GOLDFARB, José Luiz; FERRAZ, Márcia H. M. (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001; TOURINHO, op. cit., 1982.
- 14 Arlindo Fragoso foi Secretário Geral do governo de J. J. Seabra (1912-1916), secretaria esta que reunia todas as secretarias da administração pública (Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001, p.332). Foi ainda prefeito de Santo Amaro, cidade vizinha a S. Francisco do Conde.
- 15 Gustavo Rodrigues Pereira Dutra foi colega de Henrique Devoto na primeira turma da EAB em 1880, sendo desde a formatura professor da Escola. Um dos diretores mais destacados da Sociedade Nacional de Agricultura, e um dos principais autores de sua revista, *A Lavoura*. Diretor da EAB de junho de 1894 a junho de 1897 (BAHIA, op. cit., 1934; EAB, teses 1895-1896), especializou-se na escola francesa de Grignon, migrou para São Paulo integrando missão oficial da Secretaria de Agricultura, aos EUA e Europa em 1900. Ocupou a direção do Instituto Agrônomo de Campinas, até 1908, quando foi empossado Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1998, p.126. Primeiro diretor da ESAMV foi um dos autores mais citados pelos estudantes da EAB, seja no período imperial, na fase da EAB-EMTP ou mesmo no retorno do ensino superior em 1920.
- 16 Aprovado por Decreto Federal n.º 23.196/1934
- 17 LOPES, op. cit. 1997, p.228 Atente-se ao fato de que o Museu Nacional teria seus laboratórios utilizados para aulas dos cursos de especialização da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. *Ibid.*, p. 229.
- 18 MENDONÇA, op. cit., 1997, p. 119.

- 19 BAHIA. *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa no Estado da Bahia*. Bahia: Oficina da Empresa "A Bahia", 1911, p.44.
- 20 O quadro docente do Instituto nesse período foi composto por: L. Zehntner, diretor; Cerqueira Bião, professor, vice-diretor e médico; Victor Argollo Ferrão, J. Silverio Guimarães e João Silveira, professores do curso agrônomo; C.E. J. Lohmann, químico; E. Schubert, agrônomo e zelador técnico; J. J. A. Bulcão, auxiliar agrônomo; prof. Christino Neves, da Colônia Agrícola Educadora. EAB. *Livro das atas da congregação da Escola Agrícola - 1907 A 1910*.
- 21 BAHIA, op. cit., 1934, p. 55
- 22 SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 92
- 23 BRASIL, Rel. MAIC, 1911, p. 48.
- 24 SNA, *A Lavoura - Ano XIV - N.7*. Rio de Janeiro - Julho de 1910, p. 429-430.
- 25 Ibid.
- 26 BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004; BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999; BOURDIEU, Pierre. "O campo científico" In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- 27 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- 28 BRASIL. Decreto 8.584, 01/03/1911. Art.1º
- 29 O curso de agrônomo da EAB-EMTP, conforme o segundo capítulo (Dos cursos) do Decreto N. 8.584, era composto por sete cadeiras: 1.ª álgebra, trigonometria, noções de mecânica geral, mecânica agrícola, construções rurais, hidráulica agrícola; 2.ª física agrícola, química geral e inorgânica, noções de mineralogia e geologia agrícolas; 3.ª botânica e zoologia agrícolas, sistemática e fitopatologia; 4.ª noções de química orgânica agrícola e bromatológica, tecnologia industrial agrícola, fermentações industriais; 5.ª agricultura geral e especial, silvicultura, economia rural, legislação agrária e florestal, contabilidade agrícola; 6.ª higiene e alimentação de animais domésticos, zootecnia geral e especial; 7.ª noções de anatomia e fisiologia dos animais, medicina veterinária. BRASIL. Decreto N. 8.584 - De 1º de Março de 1911. Regulamento a que se refere o decreto n. 8.584, de 1 de março de 1911. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O sexto artigo do decreto previa, além destas cadeiras, uma aula de topografia e desenho, a cargo do respectivo professor, e outra de horticultura, arboricultura, fruticultura, viticultura, apicultura, sericicultura, a cargo do chefe de prática agrícola e horticola.
- 30 BRASIL. Decreto N. 8.584/1911, Art.7º.
- 31 Mendonça considera como sinal dos novos tempos a imposição da obrigatoriedade da formação agrônoma para a ocupação dos cargos técnicos do Ministério da Agricultura. MENDONÇA, op. cit., 1997, p.143.
- 32 Imprimindo o trabalho desde que aprovado por dois terços da totalidade de votos dos membros da Congregação, o prêmio concedido poderia variar de 2:000\$ a 5:000\$ (dois a cinco contos). O decreto 8.584 definia que a concessão do prêmio pecuniário dependia de a Congregação "considerar o trabalho de mérito excepcional, do ponto de vista científico e pedagógico" (Art.40). A reedição do trabalho seria feita por conta do Governo, podendo ser ampliado "de acordo com a orientação do próprio curso e desenvolvimento científico que tenha tido a matéria" (Art.41), mas cabia ao lente ou professor premiado fornecer ao Governo, gratuitamente, 100 exemplares do mesmo trabalho. As publicações do quadro docente junto ao MAIC também incluíam trabalhos originais e os resumos das lições, para publicação no boletim do ministério. BRASIL. Decreto N. 8.584/1911, Art.47.
- 33 BRASIL. Decreto N. 8.584/1911. Capítulo VII - Dos concursos.
- 34 Ibid. Capítulo VIII - Dos auxiliares do ensino.
- 35 Ibid. Capítulo III - Dos laboratórios e instalações.
- 36 LOPES, op. cit., 1997, p.23
- 37 No que diz respeito à demanda pela EAB-EMTP, i.e., de candidatos ao concurso de admissão nessa Escola, em 1912, foi de 58 candidatos, a frequência de alunos em 1911, foi de 12 internos contribuintes, 10 internos gratuitos, 1 externo contribuinte e 1 ouvinte. Retiraram-se 4, apresentando-se a exame 20, sendo aprovados 16 e reprovados 4. Assim, cursavam o segundo ano 16 alunos. Sobre o segundo ano. Funcionava, assim, a Escola com frequência de 43 alunos, sendo 16 do segundo ano e 27 do primeiro. Em 1913, 50 candidatos requisitaram exame de admissão, atingindo a frequência de 56 alunos distribuídos em 31 no 1.º ano, 10 no 2.º e 15 no 3.º, incluídos 6 alunos externos (pois o regulamento não admitia mais de 50 internos). BRASIL, Rel. MAIC, 1912, p.14. Ibid., 1913, p.10-11.
- 38 Ibid., 1911, 47
- 39 Ibid., 1912, p.14.
- 40 Ibid., 1913, p.10-11.
- 41 Ibid., p.10-11.
- 42 EAB. *O Agrônomo*, nº 1. Outubro, 1911, p.19.
- 43 O "aparecimento" de *O Agrônomo* foi registrado em diversas publicações: *Jornal de Notícias*, da Bahia; *A Paz*, de Santo Amaro; *O Popular*, de S. Amaro; *A Bahia*, da Bahia; *Folha de S. Francisco*, de Juazeiro; *O Labor*, de Itabuna; *A Evolução Agrícola*, de S. Paulo. Nesta seção também se registra a aquisição de bibliografia internacional, notadamente Estados Unidos, França, Portugal e países da América do Sul, destacando-se também publicações de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Amazonas. EAB. *O Agrônomo*, n.º 3, Dezembro, 1911, p.57-58.
- 44 Na primeira década do século XX, tem início a publicação do Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia. Ao longo de toda a Primeira República, ao lado da divulgação de iniciativas do governo do Estado na área de ensino agrícola, engenhos centrais, terras públicas, imigração e colonização, o Boletim da Secretaria informa a constituição de um conjunto de espaços institucionais para pesquisa agrícola e zootécnica e sua divulgação, destacando-se Serviço Meteorológico, com a publicação das observações realizadas em São Francisco do Conde, a partir da Escola Agrícola e outros quatro postos. Esta atuação fundamentalmente política também pode ser observada no mesmo período, em São Paulo, nos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica. Segundo Figueirôa, no início do século, preponderaram "publicações sobre Meteorologia e Botânica, devida a sua importância para o andamento das atividades agrícolas" em seus boletins técnicos e relatórios de exploração. FIGUEIRÔA, op. cit., 1997, p. 169-170.
- 45 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- 46 Concebendo que "na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituído de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação, gerando um próprio ato de fotografar". VIDAL, 1998, p. 78.
- 47 EAB. *O Agrônomo*, nº 6, Março, 1912, capa.
- 48 Ibid., n.1, Outubro, 1911, p.8.
- 49 Ibid., nº 4, Janeiro, 1912, p.62 - grifo nosso.
- 50 Ibid., nº 5, Fevereiro, 1912, p.82.
- 51 Ibid., p.82-83.
- 52 SCHWARCZ, op. cit.; LIMA, Nísia Trinda; HOCHMAN, Gilberto. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996; KOIFMAN, Fábio. "Apontamentos

sobre o pensamento eugênico no Brasil” e “Estado e Eugenismo no Brasil”. In: SANTOS, Ricardo A.; MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.

- 53 Problematizamos a constituição de um habitus do engenheiro agrônomo da Escola de S. Francisco do Conde em nossa dissertação, localizando a gênese de um programa homogêneo de percepção e ação no mundo agrário, conforme definido por Pierre Bourdieu, que o distinguia de outras profissões, particularmente no primeiro capítulo, “A Imperial Escola Agrícola da Bahia: senhores de engenho e engenheiros agrônomos (1877-1904)” em ARAÚJO, N.A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006 (dissertação de mestrado).
- 54 EAB. *O Agrônomo*, n.1, Outubro, 1911, p.6, grifo nosso.
- 55 Ibid., nº 4, Janeiro, 1912, p.60-61, grifo nosso.
- 56 Ibid., nº 2, Novembro, 1911, p. 28-29, grifo nosso.
- 57 No arquivo morto da EAB (localizado na Universidade Federal do Recôncavo Baiano), a Pasta de Ofícios de 1912, os ofícios de número 84 e 85 tratam da instalação de residência para os lentes e repetidores, dirigido ao Ministério da Agricultura. “A residência em Santo Amaro, único local que [é] habitável pelos lentes e repetidores a não ser na Escola, é um estorvo ao cumprimento de tais obrigações: a distância, a viagem obrigatória de duas horas em canoa para chegar à Escola, a indispensável e igual viagem de volta para casa, a impossibilidade de vir muito cedo e o incômodo de voltar muito tarde, o sol ardente e as chuvas de inverno a suportar para alguns diariamente em um espaço acanhado, como o é o de uma canoa, tudo isto é mais que convincente. A conclusão é a necessidade imprescindível de serem construídas casas para residência desses e outros funcionários” (of. n.º84). Tratava-se de resolução da Congregação da escola tomada na véspera do ofício, datado de 26/04/1912.
- 58 Sobre o significado dos laboratórios e campos de experimentação na articulação experimentação-demonstração-prova, cf. SILVA, André. F. C. da: A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 957-93, out.-dez. 2006.
- 59 EAB. *O Agrônomo*, nº 3, Dezembro, 1911, p. 43.
- 60 Ibid., nº 5, Fevereiro, 1912, p.85, grifo nosso.
- 61 Seu plano distribuía as matérias da seguinte forma: 1.ª cadeira – Matemáticas; 2.ª cadeira – Química geral, analítica e agrícola e física geral e agrícola, mineralogia e geologia agrícola; 3.ª cadeira – Anatomia e fisiologia animal e vegetal, botânica, zoologia e moléstia das plantas; 4.ª cadeira – Tecnologia. 5.ª cadeira – Agricultura geral e especial; 6.ª cadeira – Silvicultura, pomicultura, horticultura, sericultura, piscicultura, economia agrícola, legislação rural e florestal, contabilidade agrícola; 7.ª cadeira – Zootecnia geral e especial, higiene dos animais domésticos, noções de veterinária; 8.ª cadeira – Engenharia agrícola, topografia, agrimensura mecânica e máquinas agrícolas; 9.ª cadeira – Desenho. A discrepância básica diz respeito a 8.ª cadeira no currículo da EAB-EMTP e sua equivalente 5.ª cadeira do currículo da década de 1920. Em 1920, o currículo estaria estruturado de forma bastante similar: 1.ª Matemáticas, compreendendo Álgebra, Geometria e Trigonometria; Estradas de Ferro e de Rodagem; 2.ª Física Experimental, Química Geral e Inorgânica, Meteorologia, Climatologia, Geologia e Mineralogia Agrícolas; 3.ª Botânica e Zoologia Agrícolas, Fitopatologia; 4.ª Química Orgânica, Agrícola e Biológica. Tecnologia agrícola e Industrial. Fermentações; 5.ª Mecânica Geral e Aplicada, Construções Rurais, Hidráulica; 6.ª Agricultura Geral. Direito. Contabilidade Agrícola; 7.ª Agricultura Especial; 8.ª Zootecnia Geral e Especial. Higiene e Noções de Veterinária; 9.ª Desenho de Topografia.
- 62 EAB. *O Agrônomo*, nº 5, Fevereiro, 1912, p.85.
- 63 Ibid., nº 1, Outubro, 1911, p. 2-3, grifo nosso.
- 64 Ibid., p. 3.
- 65 Ibid., p. 3.
- 66 Ibid., nº 6, Março, 1912, p. 98, grifo nosso
- 67 Ibid., p. 98, grifo nosso
- 68 Ibid., p. 106.
- 69 Ibid., nº 2, Novembro, 1911, p.35.
- 70 Ibid., n.1, Outubro, 1911, p.16 - grifo do autor.
- 71 Ibid., nº 2, Novembro, 1911, p.30-35.
- 72 Ibid., p.31.
- 73 Ibid., p.31.
- 74 Ibid., p.33.
- 75 Ibid., n.1, Outubro, 1911, p.4.
- 76 Ibid., nº 4, Janeiro, 1912, p. 66-68
- 77 Ibid., nº 5, Fevereiro, 1912, p.88.
- 78 Ibid., p.89.
- 79 Ibid., nº 2, Novembro, 1911, p. 25.
- 80 EAB. *Livro das atas da congregação da Escola Agrícola - 1907 a 1910*.
- 81 BRASIL, Rel. MAIC, 1914.
- 82 Em 1915, o MAIC estava praticamente sem recursos. A sobrevivência da ESAMV “somente foi assegurada pelo expediente da fusão às duas instituições de nível médio existentes, configurando-se, dessa forma, a existência de um único estabelecimento voltado para o ensino agrícola”. Desta forma o corpo discente básico da escola fluminense era composto pelos alunos das escolas médias de Pinheiros e da Bahia. MENDONÇA, op. cit., 1998, p. 129-130.
- 83 Ainda de acordo com Mendonça, a ESAMV até 1930 teria 17% de professores e 14% de estudantes oriundos do nordeste, principalmente da Bahia. Ibid., p. 161, 176.
- 84 BRASIL, Rel. MAIC, 1916, p.XXVI, grifo nosso.
- 85 MENDONÇA, op. cit., 1998, p.101
- 86 Ibid., p.132
- 87 Cf. SOUZA, Alcídio Mafra (coord.). *Guia dos bens tombados da Bahia*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983, p.305-306.